Relatório da Administração

A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Mato Grosso do Sul", "EMS" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 17 de março de 2022.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:

Ao longo de 2021, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações – nº	103	103	–
Capacidade instalada nas subestações – MVA	2.681	2.621	60
Linhas de transmissão – km	3.910	3.889	21
Redes de distribuição – km	101.037	99.857	1.180
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	87.628	85.836	1.792
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	2.643	2.550	93

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

Os principais reconhecimentos da EMS no ano foram:

✓ Prêmio Abradee – Melhor Distribuidora de Energia Norte/Centro-Oeste e Melhor Evolução do Desempenho no Brasil;
✓ MS Competitivo – Troféu Ouro do Prêmio Qualidade de Gestão, Categoria Rumo à Excelência;
✓ Solar & Storage Live Awards 2021, com primeiro lugar na categoria Projeto Internacional Solar e/ou Armazenamento. Foi concedido pela Solar Energy UK para o projeto Ilumina Pantanal, de universalização de acesso à energia.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados – R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	5.795,3	4.285,1	+ 35,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	5.346,3	4.090,6	+ 30,7
Receita Operacional Líquida	4.183,0	2.922,1	+ 43,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	3.734,1	2.727,7	+ 36,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	1.008,3	545,5	+ 84,8
EBITDA	1.113,9	646,5	+ 72,3
EBITDA Ajustado (1)	1.182,9	706,9	+ 67,3
Resultado financeiro	(117,2)	(33,5)	+ 250,3
Lucro Líquido	601,4	342,4	+ 75,7
Indicadores Financeiros – R$ milhões			
Ativo Total	5.222,2	3.928,7	+ 32,9
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	361,1	659,5	- 45,2
Patrimônio Líquido	970,6	1.035,2	- 6,2
Endividamento Líquido	1.834,1	1.215,6	+ 50,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.084,1	1.065,5	+ 1,8
Vendas de energia a consumidores cativos – (GWh) (2)	4.375,2	4.519,0	- 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres – (GWh) (2)	5.799,3	5.768,1	+ 0,5
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	28,3	24,2	+ 4,1 p.p.

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia. | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. Desempenho operacional

3.1. Mercado de energia

Em 2021, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 5.799,3 GWh, aumento de 0,5% em relação a 2020.

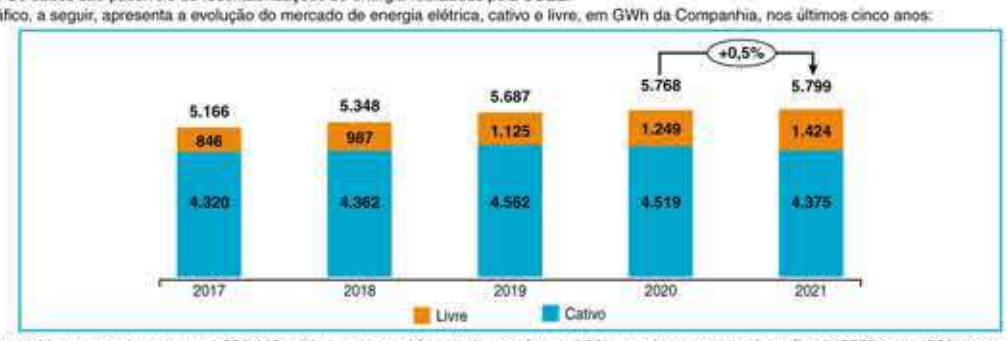
No 4T21, o consumo, cativo e livre, diminuiu 2,1%, puxado principalmente pela classe residencial (-6,6% ou 37,2 GWh), classe comercial (-2,2% ou 6,4 GWh) e classe rural (-3,6% ou 5,5 GWh), direcionadas pela alta base de comparação em 2020 e clima mais ameno em 2021. Além disso, houve ainda o efeito de temporais, com danos a rede elétrica e interrupções de clientes nos meses de out e nov. Destaque para a classe industrial (+2,4% ou 8,2 GWh), puxada sobretudo para os segmentos alimentícios, com destaques para clientes ligados à soja e frigoríficos.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Residencial	**529,9**	**567,1**	**- 6,6**	**2.049,6**	**2.084,5**	**- 1,7**
Industrial	**356,0**	**347,8**	**+ 2,4**	**1.402,6**	**1.332,6**	**+ 5,3**
Cativo Industrial	66,0	75,8	- 12,9	266,0	292,1	- 8,9
Livre Industrial	289,9	272,0	+ 6,6	1.136,6	1.040,5	+ 9,2
Comercial	**282,8**	**289,2**	**- 2,2**	**1.073,4**	**1.091,0**	**- 1,6**
Cativo Comercial	232,5	249,8	- 6,9	883,9	946,6	- 6,6
Livre Comercial	50,3	39,4	+ 27,6	189,5	144,4	+ 31,3
Rural	**150,2**	**155,7**	**- 3,6**	**616,3**	**610,1**	**+ 1,0**
Cativo Rural	146,8	153,6	- 4,4	604,1	601,6	+ 0,4
Livre Rural	3,4	2,1	+ 59,8	12,1	8,5	+ 43,1
Outros	**176,3**	**167,2**	**+ 5,4**	**657,4**	**649,9**	**+ 1,2**
Cativo Outros	155,3	153,7	+ 1,1	571,6	594,2	- 3,8
Livre Outros	21,0	13,6	+ 54,9	85,8	55,7	+ 54,1
1 Vendas de energia no mercado cativo	**1.130,5**	**1.200,0**	**- 5,8**	**4.375,2**	**4.519,0**	**- 3,2**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	364,6	327,1	+ 11,5	1.424,1	1.249,0	+ 14,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**1.495,1**	**1.527,0**	**- 2,1**	**5.799,3**	**5.768,1**	**+ 0,5**
4 Fornecimento não faturado	63,4	57,8	+ 9,7	5,3	6,6	- 19,7
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**1.558,6**	**1.584,9**	**- 1,7**	**5.804,6**	**5.774,7**	**+ 0,5**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 1.084.146 unidades consumidoras cativas, número 1,8% superior ao registrado no fim de 2020 e com 321 consumidores livres, 34,9% maior que no ano anterior.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia registrou no 4T21 um índice de 12,32%. O resultado representa uma redução de 0,79 ponto percentual na comparação com dezembro de 2020. Na comparação com o trimestre anterior a redução foi de 0,10 ponto percentual. A distribuidora fecha o último trimestre de 2021 com perda 0,6 ponto percentual abaixo do índice regulatório.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

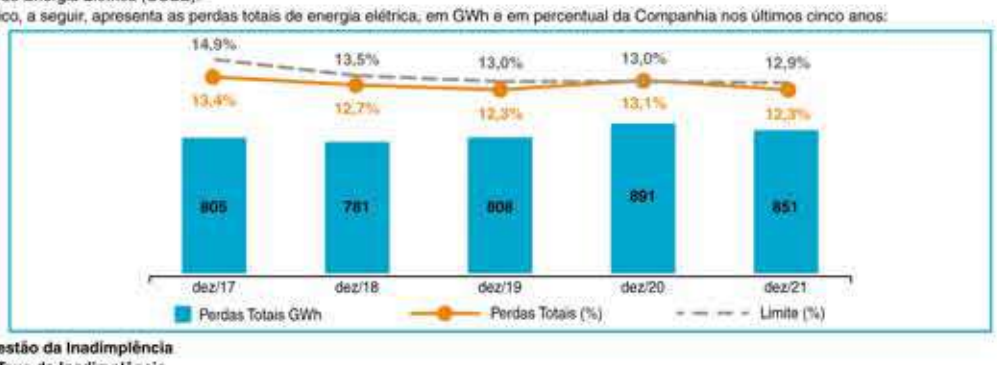
Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
10,34	9,74	9,94	2,77	2,68	2,38	13,11	12,42	12,32	13,05

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	Var.(%) (1)
702,8	672,1	686,0	188,5	185,1	164,5	891,2	857,2	850,6	- 0,8

(1) Variação dezembro de 2021/setembro de 2021. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p.p.
EMS	1,17	1,53	- 0,37

3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p. p.
EMS	96,99	97,08	- 0,09

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Com prioridade aos investimentos em melhoria da qualidade, a Companhia busca manter os indicadores de fornecimento de energia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC), abaixo dos limites regulatórios.

Nos últimos cinco anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:

4. Desempenho Financeiro

4.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 5.346,3 milhões contra R$ 4.090,6 milhões registrados em 2020, acréscimo de 30,7% (R$ 1.255,7 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 36,9% (R$ 1.006,4 milhões) no exercício, para R$ 3.734,1 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**1.080,0**	**945,9**	**+ 14,2**	**3.837,0**	**3.353,4**	**+ 14,4**
✓ Residencial	523,6	478,2	+ 9,5	1.880,4	1.644,7	+ 14,3
✓ Industrial	61,8	56,3	+ 9,6	226,4	206,6	+ 9,6
✓ Comercial	233,9	204,6	+ 14,3	816,2	743,9	+ 9,7
✓ Rural	134,4	108,8	+ 23,5	496,5	399,9	+ 24,2
✓ Outras classes	126,3	97,9	+ 29,0	417,5	358,4	+ 16,5
(+) Suprimento de energia elétrica	42,0	39,8	+ 5,5	223,0	67,6	+ 229,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	84,5	44,1	+ 91,8	142,1	45,6	+ 211,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	91,1	74,9	+ 21,6	347,0	275,4	+ 26,0
(+) Receitas de construção	153,5	70,3	+ 118,5	449,0	194,4	+ 130,9
(+) Constituição e amortização – CVA	102,4	41,9	+ 144,3	387,6	66,1	+ 486,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	56,3	54,1	+ 4,0	222,6	228,6	- 2,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	51,5	32,2	+ 60,3	140,0	44,1	+ 217,2
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	5,7	5,3	+ 7,1	19,6	18,5	+ 5,7
(+) Outras receitas	9,5	(0,6)	–	27,4	(8,8)	–
(=) Receita bruta	**1.676,5**	**1.307,7**	**+ 28,2**	**5.795,3**	**4.285,1**	**+ 35,2**
(-) Impostos sobre vendas	303,8	305,1	- 0,4	1.186,0	1.057,1	+ 12,2
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(3,7)	(2,7)	+ 39,5	(2,7)	(9,2)	- 70,4
(-) Encargos setoriais	109,9	80,3	+ 36,8	429,0	315,1	+ 36,2
(=) Receita líquida	**1.266,5**	**924,9**	**+ 36,9**	**4.183,0**	**2.922,1**	**+ 43,2**
(-) Receitas de construção	153,5	70,3	+ 118,5	449,0	194,4	+ 130,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**1.112,9**	**854,7**	**+ 30,2**	**3.734,1**	**2.727,7**	**+ 36,9**

Foram determinantes para esse desempenho:

i) Crescimento de 14,2% (R$ 134,1 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 14,4% ou R$ 483,6 milhões em 2021 sobre 2020); ii) Incremento de 60,3% (R$ 19,4 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 217,2% ou R$ 95,9 milhões em 2021 sobre 2020); iii) Crescimento de 21,6% (R$ 16,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 26,0% ou R$ 71,5 milhões em 2021 sobre 2020); e iv) Acréscimo de 5,5% (R$ 2,2 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 229,8% ou R$ 155,4 milhões em 2021 sobre 2020).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 2.725,8 milhões em 2021 e R$ 781,6 milhões no 4T21, aumentos de 24,9% (R$ 543,6 milhões) e 11,3% (R$ 79,1 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram acréscimo de 5,7% (R$ 7,8 milhões), totalizando R$ 143,8 milhões no 4T21. No exercício essas despesas totalizaram R$ 438,9 milhões, crescimento de 8,4% (R$ 34,0 milhões) ante os R$ 404,8 milhões registrados no 2020.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**621,3**	**515,8**	**+ 20,5**	**2.178,1**	**1.613,0**	**+ 35,0**
1.1 Energia comprada	547,9	443,1	+ 23,7	1.881,9	1.361,4	+ 38,2
1.2 Transporte de potência elétrica	73,4	72,7	+ 1,0	296,2	251,7	+ 17,7
2 Custos e Despesas controláveis	**124,4**	**156,8**	**- 20,6**	**440,6**	**469,0**	**- 6,1**
2.1 PMSO	**143,8**	**136,0**	**+ 5,7**	**438,9**	**404,8**	**+ 8,4**
2.1.1 Pessoal	71,9	72,6	- 1,0	196,5	185,1	+ 6,2
2.1.2 Benefício pós-emprego	1,5	0,9	+ 66,6	4,5	3,4	+ 29,6
2.1.3 Material	8,5	8,3	+ 2,2	28,7	25,0	+ 14,7
2.1.4 Serviços de terceiros	52,1	49,2	+ 5,8	175,9	168,3	+ 4,5
2.1.5 Outras	9,8	4,9	+ 100,1	33,4	23,0	+ 45,1
Multas e compensações	0,4	0,5	- 25,4	1,1	1,3	- 14,4
Contingências (liquidação de ações cíveis)	5,0	1,2	+ 324,6	17,8	11,2	+ 59,2
Outros	4,4	3,2	+ 37,5	14,5	10,6	+ 37,3
2.2 Provisões/Reversões	(19,3)	20,8	–	1,7	64,2	- 97,3
2.2.1 Contingências	(21,3)	6,3	–	(47,1)	8,6	–
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,0	14,5	- 86,4	48,8	55,6	- 12,2
3 Demais receitas/despesas	**35,9**	**29,9**	**+ 19,7**	**107,0**	**100,1**	**+ 6,9**
3.1 Amortização e depreciação	28,0	26,4	+ 5,9	105,6	101,0	+ 4,5
3.2 Outras receitas/despesas	7,8	3,5	+ 124,1	1,4	(0,9)	–
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**781,6**	**702,5**	**+ 11,3**	**2.725,8**	**2.182,2**	**+ 24,9**
Custo de construção	153,5	70,3	+ 118,5	449,0	194,4	+ 130,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**935,1**	**772,7**	**+ 21,0**	**3.174,7**	**2.376,6**	**+ 33,6**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa	Trimestre				Exercício			
Valores em R$ milhões	4T21	4T20	Var. %	Var. R$	2021	2020	Var. %	Var. R$
(=) Lucro líquido do período	**173,8**	**97,3**	**+ 78,6**	**76,5**	**601,4**	**342,4**	**+ 75,7**	**259,1**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(84,7)	(49,2)	+ 72,3	(35,6)	(289,6)	(169,7)	+ 70,7	(119,9)
(-) Resultado financeiro	(72,9)	(5,7)	+ 1.169,5	(67,1)	(117,2)	(33,5)	+ 250,3	(83,8)
(-) Amortização e depreciação	(28,0)	(26,4)	+ 5,9	(1,6)	(105,6)	(101,0)	+ 4,5	(4,6)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**359,4**	**178,6**	**+ 101,2**	**180,7**	**1.113,9**	**646,5**	**+ 72,3**	**467,4**
(+) Receita de acréscimos moratórios	16,1	18,0	- 10,7	(1,9)	69,0	60,4	+ 14,2	8,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**375,5**	**196,7**	**+ 90,9**	**178,8**	**1.182,9**	**706,9**	**+ 67,3**	**475,9**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	29,6	21,3	+ 8,4 p.p.		28,3	24,2	+ 4,1 p.p.	

5. Estrutura de capital

5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 628,5 milhões em dezembro, frente aos R$ 576,9 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R$ 267,3 milhões em dezembro, contra R$ 180,0 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 1.834,1 milhões, contra R$ 1.616,0 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado se manteve no patamar de 1,6 vezes em setembro e dezembro de 2021.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição – Valores em R$ milhões	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021
Circulante	**393,4**	**331,2**	**391,9**
Empréstimos e financiamentos	184,6	177,1	224,4
Debêntures	189,6	170,7	191,0
Encargos de dívidas	19,3	12,9	12,2
Benefícios pós-emprego	2,3	2,8	2,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(2,5)	(32,3)	(38,5)
Não Circulante	**2.069,2**	**1.861,6**	**1.508,6**
Empréstimos e financiamentos	1.313,0	1.311,9	834,9
Debêntures	851,1	577,2	676,6
Benefícios pós-emprego	19,9	33,1	32,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(114,7)	(60,6)	(35,4)
Total das dívidas	**2.462,6**	**2.192,8**	**1.900,5**
(-) Disponibilidades financeiras	361,1	396,8	288,8
Total das dívidas líquidas	**2.101,5**	**1.796,0**	**1.611,7**
(-) Créditos CDE	69,4	32,0	30,1
(-) Créditos CVA	198,0	148,0	45,3
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**1.834,1**	**1.616,0**	**1.536,4**
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses [1]	1,6	1,6	1,7

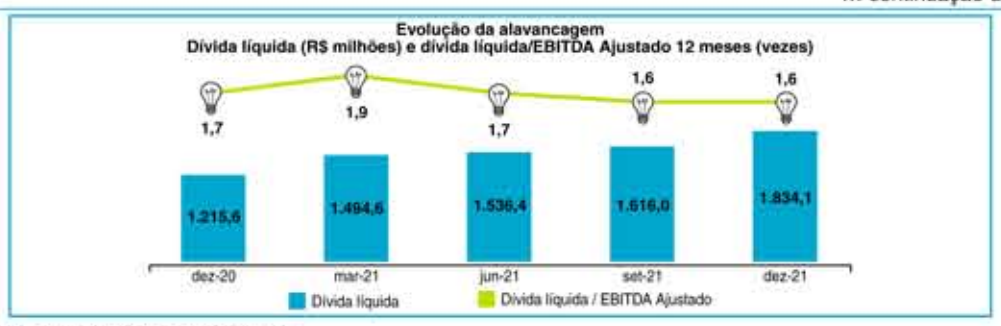
[1] EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:16:30 -04'00'

... continuação do Relatório da Administração



5.2. Cronograma de amortização das dívidas
O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

6. Investimentos
No 4T21, a Companhia investiu um total de R$ 161,4 milhões (contra R$ 67,0 milhões no 4T20), no ano o valor totalizou R$ 515,5 milhões (contra R$ 225,4 milhões no 2020).
A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	150,7	60,5	+ 148,9	466,4	193,6	+ 140,8
Obrigações Especiais	9,0	2,5	+ 254,8	43,8	19,1	+ 129,2
Ativo não Elétrico	1,7	3,9	- 55,6	5,4	12,7	- 57,6
Total dos Investimentos	**161,4**	**67,0**	**+ 141,1**	**515,5**	**225,4**	**+ 128,7**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.
O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do serviço, destacando-se:

- ✓ inspeções de unidades consumidoras, regularização de medição, regularização de clandestino, substituição de medidores obsoletos, blindagem de medidores (DLCB), blindagem de caixa de medição/rede de cliente e blindagem de quadro coletivo.
- ✓ Intensificação de melhorias, interligações e manutenções estruturantes nas redes rurais, em especial de regiões com grande crescimento do agronegócio;
- ✓ Conexão Dourados 2 (Rede Básica): Novo ponto de fronteira com Dourados 2 230/138 kV. Melhoria do nível de tensão, adequação do limite de capacidade de LDATs 138 kV e redução de perda técnica;
- ✓ Jardim (TF): Novo Transformador de Força de 138/34,5 kV de 30 MVA, alterando a configuração de parte da SE Jardim, reduzindo o carregamento do Transformador 138/ 13,8 kV;
- ✓ Construção de Setor 138 kV na SE Bandeirantes: Construção de novo setor 138 kV com arranjo e novo Transformador de Força 138/34,5 kV de 15 MVA, criando fonte de atendimento para a Subestação e para os municípios de Corguinho e Rochedo. Melhoria de nível de tensão, qualidade do serviço e redução de perda técnica;
- ✓ Universalização do Pantanal – Ilumina Pantanal: Projeto de implantação de SIGFIs (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente) com placas de captação de energia solar e bancos de bateria, atendendo consumidores residentes na área do Pantanal Sul Mato Grossense, que anteriormente não possuíam energia elétrica devido a distância e condições locais;
- ✓ Subestação Campo Grande Lageado: Substituição de transformador de força com aquisição e instalação de equipamento 138/13,8 kV de 45 MVA na subestação;
- ✓ Aquisição de transformador reserva: Novo transformador classe 138/34,5 kV de 30 MVA reserva de forma a permitir reestabelecimento emergencial de fornecimento em subestações dessa mesma classe de tensão: Costa Rica, Alto Caracol, Bandeirantes, Campo Grande Industrial, Chapadão do Sul, Eldorado, Fazenda Itamarati, Iguatemi, Ivinhema, Mimoso, Ribas do Rio Pardo, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sidrolândia, São Gabriel do Oeste, Vista Alegre e Jardim;
- ✓ Obras na rede de distribuição: Construção e recapacitação de rede, instalação de religadores, reguradores de tensão em bancos de capacitores em diversas localidades, com destaque em Cassilândia, Glória de Dourados, Paranaíba, Campo Grande Tamandaré, Campo Grande Centro, Sonora e São Gabriel do Oeste.

7. Dividendos
Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 601,4 milhões equivalentes a R$ 929,5655615248 por ação ordinária, já tendo sido pagos: (i) R$ 120,2 milhões equivalentes a R$ 185,775273850 por ação ordinária, em 26 de maio; (ii) R$ 138,8 milhões, equivalentes a R$ 214,4543213218 por ação ordinária, em 26 de agosto; (iii) R$168,7 milhões, equivalentes a R$ 260, 7917593255, em 8 de novembro.
Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 173,7 milhões, equivalentes a R$ 268,5442070277 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 23 de junho de 2022.

8. Gestão de pessoas
As pessoas são o maior recurso da Energisa Mato Grosso do Sul, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Companhia contabilizava um total de 2.377 colaboradores, sendo 1.298 empregados diretos e 1.079 parceiros contratados de terceiros. No ano, a empresa manteve-se entre as sete melhores para trabalhar na região Centro-Oeste, de acordo com o ranking GPTW (Great Place to Work).
Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação, além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo.
A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascateado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R$ 600 mil, foram promovidas a média de 49,26 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 29,4 horas em áreas administrativas e 14,7 horas em cargos gerenciais.
A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

9. Saúde e segurança
Mais do que a garantia da saúde e da segurança dos colaboradores, a Energisa Mato Grosso do Sul valoriza a vida de cada indivíduo. Para dar ainda mais peso ao tema e, principalmente, maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar.
O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços.
Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.
Mesmo com essas iniciativas, ocorreram dois óbitos com colaboradores contratados de terceiros, o que elevou a taxa gravidade de força de trabalho para 2.346,81, diante de 69,74 em 2020. A taxa de frequência recuou para 5,25 (13,75 no ano anterior).
São mantidas diversas ações e programas de prevenção e promoção à saúde. Entre os destaques está o Viva Energia, pelo qual os colaboradores são orientados por médicos do trabalho que identificam necessidades em avaliações periódicas ou por demandas espontâneas. Existe um cronograma de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde e programas para gestantes, doentes crônicos (com telemonitoramento ativo em casos como cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias ou obesidade), problemas emocionais e doenças osteomusculares.

10. Responsabilidade socioambiental
A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Mato Grosso do Sul. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.
Em 2021, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou R$ 2,2 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R$ 1 milhão, destacando-se o projeto "Ler, conhecer e preservar a identidade sul-mato-grossense".

10.1 Eficiência energética
A Companhia investiu R$ 8,1 milhões em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 32.420 unidades consumidoras e permitiram economizar 5.270 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 2,2 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.
O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.
Em parceria com as prefeituras dos municípios de Bodoquena, Caarapó, Douradina, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquirai, Jaraguari, Jateí, Naviraí, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã e Sonora, realizou a troca de 1.985 pontos de iluminação pública por luminárias a LED. O investimento proporcionará uma economia de 1.405,52 MWh/ano.
O Programa de Eficiência Energética também realizou projetos de eficiência energética na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos, no 5º Batalhão de Polícia Militar e na EMPEPG Weimar G. Torres de Dourados. O investimento proporcionará uma economia de 665,97 MWh/ano.

10.2 Iniciativas socioculturais
Energia do Bem: Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem. Como participante do Movimento Unidos pela Vacina, contribuiu com a doação, por meio do projeto de eficiência energética, de 361 refrigeradores para armazenamento de vacinas. E em parceria com o Senai foram consertados de 76 respiradores pulmonares com processo de calibragem e emissão de laudo, com intuito de dar suporte à rede estadual de saúde. O Energia do Bem consiste em uma rede de solidariedade liderada pela Energisa em parceria com diversas entidades e que está presente nos 11 estados onde o Grupo atua.

Projeto Ilumina Pantanal: a Energisa Mato Grosso do Sul seguiu com seu plano de universalização rural na região do Pantanal Sul Mato-grossense, com a instalação de sistemas de geração individual fotovoltaica na região.
Somente em 2021, 1.597 unidades consumidoras passaram a contar com energia limpa e renovável nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Porto Murtinho e Rio Verde. Até 2022, mais 731 unidades consumidoras serão atendidas com Sistemas Individuais de Geração de Energia (SIGFI). Desenvolvido e realizado por meio de parceria entre o governo estadual de Mato Grosso do Sul, o Grupo Energisa e a Aneel, o projeto foi o grande vencedor do prêmio internacional Solar & Storage Live Awards 2021, na categoria International Solar and/or Storage Project of the Year (em português, Projeto Internacional Solar e/ou Armazenamento do Ano).

Projeto Nossa Energia: Esse projeto é desenvolvido para as comunidades de baixo poder aquisitivo em todas as cidades da área de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul, com o objetivo de estimular o uso eficiente e seguro de energia elétrica. Compreende um conjunto de ações educacionais voltadas para a consciência de combate ao desperdício e para a mudança de hábitos, estimulando o consumo consciente e fortalecendo os laços entre a Energisa Mato Grosso do Sul e seus clientes.
Todos os consumidores cadastrados na Tarifa Social da Energia Elétrica (TSEE) e classificados como Baixa Renda podem fazer a troca de lâmpadas incandescentes e/ou fluorescentes compactas por lâmpadas LED, assim como participar das palestras, peças teatrais e dinâmicas realizadas nas 02 Unidades Móveis Educacionais, dotadas de toda a infraestrutura necessária para proporcionar aos alunos das escolas públicas e particulares um aprendizado lúdico e digital fora da sala de aula.

10.3 Iniciativas ambientais
Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Mato Grosso do Sul assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.
A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Realizadas ações de redução de consumo próprio, como desligar iluminação de jardins, letreiros, corredor sem circulação constante de pessoas, com iluminação alternada de luminárias, temporizador de iluminação nos banheiros, retirada da tomada de televisores, micro-ondas, cafeteiras. Para os consumidores, foram feitas campanhas nas mídias informando sobre redução de consumo, uso eficiente de energia elétrica, com uso dos veículos do projeto Nossa Energia, de eficiência energética, para levar informação às comunidades e escolas, mantendo público reduzido em cada apresentação em decorrência da Covid-19.

Emissões atmosféricas/ Mudanças climáticas: Os veículos passam por manutenção regular para controlar emissões. É mantido convênio com o Sest/ Senat que, por amostragem, realiza análise da fumaça dos veículos. A distribuidora possui um veículo elétrico e analisa a aquisição de um caminhão elétrico.

Biodiversidade: Doação de mudas para prefeituras, escolas e bairros. Revitalização de Centro Educacional Ambiental Anhanduí e Parque Linear do Segredo. Plantio de mais de 2 mil mudas, em compensação ambiental de supressão realizada.

Água e efluentes: Tratamento da água no poço artesiano da sede administrativa, análise mensal da qualidade da água, assim como da qualidade de saída da ETE (efluente).

Resíduos: Contratada empresa que realiza a destinação final de resíduos perigosos. Para baterias é utilizada logística reversa, pneus com destinação final e contrato para venda de sucatas.

11. Serviços prestados pelo auditor independente
A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R$ 1.068 mil.
A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração

Balanço Social Anual – 2021 *(Em milhares de reais)*

1 – Base de Cálculo	2021			2020		
Receita líquida (RL)	4.183.037			2.922.119		
Resultado operacional (RO)	891.072			512.056		
Folha de pagamento bruta (FPB)	142.478			131.558		
2 – Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	23.926	16,79%	0,57%	24.001	18,24%	0,82%
Encargos sociais compulsórios	31.186	21,89%	0,75%	27.567	20,95%	0,94%
Previdência privada	4.466	3,13%	0,11%	3.445	2,62%	0,12%
Saúde	15.192	10,66%	0,36%	16.606	12,62%	0,57%
Segurança e saúde no trabalho	5.970	4,19%	0,14%	4.810	3,66%	0,16%
Educação	120	0,08%	0,00%	167	0,13%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	939	0,66%	0,02%	710	0,54%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	274	0,19%	0,01%	262	0,20%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	21.095	14,81%	0,50%	20.485	15,57%	0,70%
Outros	6.159	4,32%	0,15%	5.565	4,23%	0,19%
Total – Indicadores sociais internos	**109.327**	**76,72%**	**2,61%**	**103.618**	**78,76%**	**3,54%**
3 – Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	463	0,05%	0,01%	329	0,06%	0,01%
Cultura	1.266	0,14%	0,03%	1.126	0,22%	0,04%
Esporte	123	0,01%	0,00%	116	0,02%	0,00%
Outros	327	0,04%	0,01%	–	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**2.179**	**0,24%**	**0,05%**	**1.571**	**0,30%**	**0,05%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.265.455	142,01%	30,25%	1.065.167	208,02%	36,45%
Total – Indicadores sociais externos	**1.267.634**	**142,25%**	**30,30%**	**1.066.738**	**208,32%**	**36,50%**
4 – Indicadores Ambientais	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	56.912	6,39%	1,36%	46.943	9,17%	1,61%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**56.912**	**6,39%**	**1,36%**	**46.943**	**9,17%**	**1,61%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 – Indicadores do Corpo Funcional	**2021**			**2020**		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.298			1.295		
Nº de admissões durante o período	144			89		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.079			941		
Nº de estagiários(as)	15			6		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	125			118		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	151			160		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,07%			16,28%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	572			533		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	12,20%			11,63%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	67			38		

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	38,98			38,98		
Número total de acidentes de trabalho	5			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 305.014	no Procon 1.901	na Justiça 2.559	na empresa 289.763	no Procon 1.844	na Justiça 2.431
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 93%	na Justiça 7,62%	na empresa 100%	no Procon 90%	na Justiça 18%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2021:**	**2.830.071**		**Em 2020:**	**2.036.676**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	61% governo 6% colaboradores(as) 21% acionistas 12% terceiros 0% retido			69% governo 8% colaboradores(as) 16% acionistas 6% terceiros 1% retido		

7 – Outras Informações	2021	2020
7) Investimentos sociais		
7.1 – Programa Luz para Todos		
7.1.1 – Investimento da União	33.154	–
7.1.2 – Investimento do Estado	–	–
7.1.3 – Investimento do Município	–	–
7.1.4 – Investimento da Concessionária	22.103	–
Total – Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	**55.257**	**–**
7.2 – Programa de eficiência Energética	8.837	6.578
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**12.234**	**9.602**

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022
CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:17:53 -04'00'

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
CNPJ: 15.413.826/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2021

GRUPO energisa

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	32.462	101.307
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	296.806	523.316
Consumidores e concessionárias	6	860.271	694.527
Estoques		10.402	9.020
Instrumentos financeiros derivativos	31	58.889	35.300
Tributos a recuperar	7	81.521	68.456
Ativos financeiros setoriais	9	309.535	47.052
Outros créditos	10	124.796	81.667
Total do circulante		**1.774.682**	**1.560.645**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	31.846	34.835
Consumidores e concessionárias	6	47.856	60.364
Tributos a recuperar	7	558.661	18.541
Créditos tributários	12	–	24.531
Cauções e depósitos vinculados	23	70.406	77.094
Instrumentos financeiros derivativos	31	114.734	91.265
Ativos financeiros setoriais	9	105.051	29.277
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.599.382	1.251.680
Outros créditos	10	17.346	17.261
		2.545.282	**1.604.848**
Ativo Contratual – Infraestrutura em construção	14	207.818	102.830
Investimentos		533	533
Imobilizado	15	13.216	10.292
Intangível	16	680.635	649.552
Total do não circulante		**3.447.484**	**2.368.055**
Total do ativo		**5.222.166**	**3.928.700**

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	347.757	325.981
Encargos de dívidas	18	19.327	9.257
Empréstimos e financiamentos	18	184.641	232.860
Debentures	19	189.591	198.356
Folha de pagamento		3.875	2.319
Impostos e contribuições sociais	21	117.716	109.988
Dividendos a pagar		–	24.684
Instrumentos financeiros derivativos	31	56.383	831
Obrigações estimadas		36.548	34.174
Contribuição de iluminação pública		28.546	26.349
Benefícios pós-emprego	32	2.322	2.759
Obrigações intra-setoriais	24.1	38.274	26.787
Incorporação de redes	24.2	8.236	5.965
Passivos financeiros setoriais	9	112.862	158.717
Arrendamentos operacionais	20	1.277	2.113
Outros passivos		64.385	34.023
Total do circulante		**1.211.740**	**1.195.163**
Não circulante			
Fornecedores	17	20.509	19.970
Empréstimos e financiamentos	18	1.312.967	714.070
Debentures	19	851.063	695.108
Impostos e contribuições sociais	21	35.858	28.557
Impostos e contribuições sociais diferido	21	63.190	–
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23	82.702	124.510
Benefícios pós-emprego	32	19.918	31.455
Instrumentos financeiros derivativos	31	–	–
Obrigações intra-setoriais	24.1	17.331	18.738
Passivos financeiros setoriais	9	103.756	59.069
Arrendamentos operacionais	20	2.355	4.967
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	22	525.926	–
Outros passivos		4.258	1.876
Total do não circulante		**3.039.833**	**1.698.320**
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	616.732	616.732
Reservas de capital	25.2	120.379	119.799
Reservas de lucros	25.3 e 25.4	68.078	68.078
Dividendos adicionais propostos	25.4	173.752	248.680
Outros resultados abrangentes	25.5	(8.348)	(18.072)
Total do patrimônio líquido		**970.593**	**1.035.217**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.222.166**	**3.928.700**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	26	4.183.037	2.922.119
Custo do serviço de energia elétrica	27	(2.178.146)	(1.613.028)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(811.863)	(543.360)
Lucro bruto		**1.193.028**	**765.731**
Despesas gerais e administrativas	27	(183.305)	(221.069)
Outras receitas	28	30.587	27.531
Outras despesas	28	(32.016)	(26.674)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**1.008.294**	**545.519**
Receita financeira	29	205.189	85.643
Despesas financeiras	29	(322.411)	(119.106)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(117.222)**	**(33.463)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**891.072**	**512.056**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(206.917)	(142.796)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(82.712)	(26.894)
Lucro líquido do exercício		**601.443**	**342.366**
Lucro básico e diluído por ação ordinária – R$	30	**929,59**	**529,16**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**601.443**	**342.366**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.6	9.724	(892)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**611.167**	**341.474**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

				Reservas de Capital		Reservas de Lucros					
	Nota	Capital social	Remuneração das imobilizações sem curso	Reserva especial de ágio	Programa remuneração variável (ILP)	Reserva legal	Retenção de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 janeiro de 2020		**616.732**	**1.650**	**116.944**	**410**	**57.286**	**–**	**112.386**	**–**	**(17.180)**	**888.228**
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	–	–	–	795	–	–	–	–	–	795
Pagamento de dividendos adicionais	25.4	–	–	–	–	–	–	(112.386)	–	–	(112.386)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	342.366	–	342.366
Proposta de destinação do Lucro Líquido:											–
Reserva Legal	25.3	–	–	–	–	10.792	–	–	(10.792)	–	–
Dividendos	25.4	–	–	–	–	–	–	–	(82.894)	–	(82.894)
Dividendos adicionais propostos	25.4	–	–	–	–	–	–	248.680	(248.680)	–	–
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											–
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	25.5	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.351)	(1.351)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	25.5	–	–	–	–	–	–	–	–	459	459
Saldos em 31 dezembro de 2020		**616.732**	**1.650**	**116.944**	**1.205**	**68.078**	**–**	**248.680**	**–**	**(18.072)**	**1.035.217**
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	–	–	–	580	–	–	–	–	–	580
Pagamento de dividendos adicionais	25.4	–	–	–	–	–	–	(248.680)	–	–	(248.680)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	601.443	–	601.443
Proposta de destinação do Lucro Líquido:											
Dividendos	25.4	–	–	–	–	–	–	–	(427.691)	–	(427.691)
Dividendos adicionais propostos	25.4	–	–	–	–	–	–	173.752	(173.752)	–	–
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	25.5	–	–	–	–	–	–	–	–	14.732	14.732
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	25.5	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.008)	(5.008)
Saldos em 31 dezembro de 2021		**616.732**	**1.650**	**116.944**	**1.785**	**68.078**	**–**	**173.752**	**–**	**(8.348)**	**970.593**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	601.443	342.366
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	289.629	169.690
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais – líquidas		141.926	133.178
Depreciação e amortização	27	105.587	100.998
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	48.786	55.565
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	23	4.647	46.880
Instrumentos financeiros derivativos	29	(45.934)	(79.277)
Marcação a mercado de derivativos	29	24.729	(1.901)
Marcação a mercado de dívida	29	(17.548)	1.891
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(139.981)	(44.129)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	22.328	21.941
Programa de remuneração variável (ILP)	11	832	795
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(232.790)	(197.373)
(Aumento)diminuição de estoques		(1.382)	2.605
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(16.238)	24.824
(Aumento) de ativos financeiros setoriais	9	(390.368)	(62.574)
Recursos da conta de comercialização de Itaipu		35.099	–
Diminuição de cauções e depósitos vinculados		6.688	6.959
Recebimentos Despacho – CONTA COVID		–	296.268
Valor justo dos títulos cedidos ao FIDIC		25.066	–
Diminuição (aumento) de outros créditos		6.151	(28.179)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		27.963	79.455
Aumento de folha de pagamento		1.556	1.166
Aumento de impostos e contribuições sociais		22.056	18.851
Imposto de Renda e contribuição social pagos		(215.982)	(135.520)
Aumento de obrigações intrassetoriais		25.165	12.903
Aumento de obrigações estimadas		2.374	7.362
Aumento de passivos financeiros setoriais	9	2.719	19.640
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(51.717)	(38.290)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(538)	7.646
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**282.266**	**763.740**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		240.993	(350.198)
Aplicações no ativo contratual – Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14,15 e 16	(474.115)	(192.763)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	14.155	8.772
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(218.967)**	**(534.189)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	987.641	500.609
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	18 e 19	(351.425)	(449.630)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	18 e 19	(87.927)	(75.169)
Recebimento (pagamento) liquidação de instrumentos financeiros derivativos		24.250	10.338
Incorporação de rede	24.2	(853)	(485)
Pagamentos de dividendos	25.4	(701.055)	(170.597)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	20	(2.775)	(2.418)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(132.144)**	**(187.352)**
Variação líquida do caixa		**(68.845)**	**42.199**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		101.307	59.108
Caixa mais equivalentes de caixa finais		32.462	101.307
Variação líquida do caixa		**(68.845)**	**42.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – DVA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	5.349.028	4.099.879
Outros resultados	28	30.587	27.531
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	451.447	194.952
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	(48.786)	(55.565)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		2.395.035	1.773.738
Materiais e serviços de terceiros		208.181	197.800
Outros custos operacionais		458.593	247.400
		3.061.809	**2.218.938**
Valor adicionado bruto		**2.720.467**	**2.047.859**
Depreciação e amortização	27	**105.587**	**100.998**
Valor adicionado líquido		**2.614.880**	**1.946.861**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	215.191	89.815
Valor adicionado total a distribuir		**2.830.071**	**2.036.676**
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		124.633	114.911
Benefícios		45.164	46.073
FGTS		7.756	6.702
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		548.049	724.511
Estaduais		747.433	682.171
Municipais		1.159	1.107
Obrigações intra-setoriais		428.961	–
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	29	324.882	119.625
Aluguéis		591	(790)
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.4	427.691	331.574
Dividendos adicionais propostos	25.4	173.752	–
Reserva Legal	25.4	–	10.792
		2.830.071	**2.036.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)*

1 Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EMS") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, controlada pela Rede Energia Participações S/A ("REDE"), atua na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão que abrange 328.335 km², 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.084.464 consumidores em 74 municípios. A Companhia possui sede na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder Concedente.

O contrato de concessão de distribuição contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia – MME.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual-infraestrutura em construção e a receita de construção, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

1.2. Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no exercício de 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo coronavírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Omicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

• Monitorar os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação de energia elétrica do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;

• Adotar o regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento

continua...

GRUPO energisa

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:18:56 -04'00'

com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;

• Acompanhar os contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;

• Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021 alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. A Companhia implementou ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails, realizações de campanha de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital;

• Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento;

• Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

• Na Companhia 98,8% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionado acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I - Nota explicativa nº 6 – Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;

II - Nota explicativa nº 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais;

III - Nota explicativa nº 12 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;

IV - Nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro indenizável da concessão;

V - Nota explicativa nº 15 – Imobilizado

VI - Nota explicativa nº 16 – Intangível

VII - Nota explicativa nº 23 – Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;

VIII - Nota explicativa nº 27 – Custo de energia elétrica comprada para revenda;

IX - Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e

X - Nota explicativa nº 32 – Benefícios pós-emprego.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeira.

3.1. Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

• Julgamentos, estimativas e premissas – nota explicativa nº 2.3;

• Consumidores e concessionárias – nota explicativa nº 6; e

• Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – nota explicativa nº 31.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionária e o ativo de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiro ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *"hedge"*

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

A documentação inclui a identificação do instrumento de "hedge", do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de "hedge" (incluindo sua análise das fontes de ineletividade de "hedge" e como determinar o índice de "hedge"). Um relacionamento de "hedge" se qualifica para contabilidade de "hedge" se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

• Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de "hedge".

• O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.

• O índice de "hedge" da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de "hedge" são registrados conforme descrito abaixo:

"Hedges" de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de "hedge" é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do "hedge", utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

c. **Consumidores e concessionárias** – inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d. **Estoques** – estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

f. Ativo financeiro indenizável da concessão – corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13.

g. **Ativo contratual – Infraestrutura em construção** – o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão

h. **Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

• O custo de materiais e mão de obra direta;

• Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;

• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

• Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

i. **Intangível** – compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

j. **Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo são ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de arrendamento de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. **Juros e encargos financeiros** – são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso – tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

• **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

• **Avaliação do valor em uso**: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

(ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147

Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:20:56 -04'00'

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva; Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. **Derivativos** – os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 31;

o. **Imposto de renda e contribuição social** – compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

p. **Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

q. **Ajuste a valor presente** – determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

r. **Dividendos** – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

s. **Receita Operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionaria (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

t. **Benefícios pós-emprego** – a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

v. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023)/IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38; IFRS 7/CPC 40 (R1); IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16/CPC 06 (R2); Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira equivalente no exercício de 2020 foi de 105,6% do CDI enquanto em 2021 não há saldo nessa classificação.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**32.462**	**38.794**
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	–	62.513
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	**32.462**	**101.307**

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, LFT, certificado de Depósito Bancário (CDB's), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 117,3% do CDI (85,3% do CDI em 2020).

	2021	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	251	347
Fundos de Investimentos (1)	17.151	1.743
Fundos de Investimentos Exclusivos (2)	279.404	521.226
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	2.684	6.255
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	146	512
Títulos públicos	–	56.501
Fundo Multimercado	3.138	2.029
Fundo de Renda Fixa	80.902	107.798
Letra financeira do Tesouro (LFT)	88.707	113.741
Letra financeira (LF)	34.541	30.253
Letra financeira (LFP)	378	–
Letra financeira (LFS)	–	111.651
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	5.944	4.737
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	59.842	80.383
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	3.122	7.366
Fundo de investimento em direitos creditórios (3)	31.846	34.835
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (4)	**328.652**	**558.151**
Circulante	296.806	523.316
Não circulante	31.846	34.835

(1) Fundos de investimentos – inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 94,5% a 152,7% (2,6% a 103,7% em 2020) e média ponderada 96,1% do CDI (99,1% em 2020).

(2) Fundos de investimentos exclusivos – inclui aplicações em CDB, CCB, Fundo Multimercado, Títulos Públicos, Fundo de Renda Fixa, LFT, LF, LFP, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energisa, 117,3% (63,5% em 2020) do CDI Fundo Zona da Mata e 127,8% (83,8% em 2020) do CDI Fundo Cataguases.

(3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste – FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

(4) Inclui R$49.248 (R$38.226 em 2020) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos e outros.

	2021	2020
Bloqueios judiciais	1.840	1.743
Fundo de investimento em direitos creditórios – FIDC	31.846	34.835
Programa Luz para todos	15.333	1.300
Outros	229	348
Total	49.248	38.226

6 Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (2)	2021	2020
Valores correntes:									
Residencial	99.278	–	83.497	13.967	1.502	4.149	(22.036)	180.357	160.739
Industrial	16.687	–	3.427	216	320	3.940	(3.940)	20.650	20.828
Comercial	40.864	–	16.370	2.381	1.495	4.569	(7.280)	58.399	53.415
Rural	19.433	–	14.456	4.175	5.813	1.102	(1.750)	43.229	37.597
Poder público	21.422	–	1.362	6	3	26	(26)	22.793	17.014
Iluminação pública	11.323	–	194	–	–	82	(82)	11.517	9.338
Serviço público	11.351	–	36	–	–	–	–	11.387	10.378
Fornecimento não faturado	395.281	–	–	–	–	–	–	395.281	253.210
Arrecadação Processo Classificação	4.588	–	–	–	–	–	–	4.588	10.643
Valores renegociados:									
Residencial	13.326	45.349	8.998	5.436	4.722	8.290	(31.077)	55.044	53.054
Industrial	567	2.365	365	220	334	1.347	(3.314)	1.884	4.513
Comercial	4.639	46.177	1.974	1.125	1.408	2.979	(9.431)	48.871	50.098
Rural	1.809	12.211	1.219	638	812	750	(9.164)	8.275	7.283
Poder público	1.113	10.337	2	–	–	31	(31)	11.452	13.318
Iluminação pública	(2)	364	–	–	–	7	(7)	362	1.224
Serviço público	15	124	1	–	–	225	(226)	139	46
(-) Ajuste valor Presente (1)	(309)	(21.090)	–	–	–	–	–	(21.399)	(5.548)
Subtotal -clientes	**641.385**	**95.837**	**131.901**	**28.164**	**16.409**	**27.497**	**(88.364)**	**852.829**	**697.150**
Suprimento Energia – Moeda Nacional (3)	22.549	–	–	–	–	2.299	–	24.848	33.559
Outros (4)	54	–	21.467	1.917	1.561	5.879	(428)	30.450	24.182
Total	**663.988**	**95.837**	**153.368**	**30.081**	**17.970**	**35.675**	**(88.792)**	**908.127**	**754.891**
Circulante								860.271	694.527
Não circulante								47.856	60.364

(1) Ajuste a Valor Presente – calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizada a taxa média anual de CDI de 8,76% a.a. (1,90% a.a. em 2020).

(2) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) – a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo inicial – 2020 e 2019	**139.779**	**119.084**
(Reversões) provisões constituídas no exercício (*)	(13.032)	55.565
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(37.956)	(34.870)
Saldo final – 2021 e 2020	**88.791**	**139.779**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	**88.791**	**77.961**
Outros créditos – créditos a receber de terceiros – vide nota explicativa nº 10	**–**	**61.818**

(*) Do total líquido das reversões de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$13.032, o principal impacto foi reversão de provisão de R$61.818 oriundos das operações do FIDC realizadas no primeiro trimestre do exercício (vide nota explicativa nº 28).

(3) Suprimento de Energia – inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Composição dos saldos da CCEE	2021	2020
Créditos a vencer	22.549	31.260
Créditos vinculados a liminares (a)	2.299	2.299
Subtotal créditos CCEE	**24.848**	**33.559**
(-) Aquisições de Energia na CCEE (*)	(21.036)	(100.760)
(-) Encargos de serviços de sistema (*)	(91.720)	(8.880)
Total débitos CCEE	**(87.908)**	**(76.081)**

(*) vide nota explicativa nº 17 – Fornecedores

(a) Créditos vinculados a liminares – os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercados Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(4) Outros – inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R$20.016 (R$13.185 em 2020), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7 Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	44.661	34.452
Imposto de Renda – IRPJ	28.011	20.230
Contribuição Social – CSSL	9.350	6.303
PIS e COFINS	23.455	22.804
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (*)	531.498	–
Outros	3.207	3.208
Total	**640.182**	**86.997**
Circulante	81.521	68.456
Não circulante	558.661	18.541

(*) A Companhia reconheceu no exercício créditos de PIS e de COFINS, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições, mesmo não tendo obtido trânsito em julgado de suas ações judiciais que se encontra em processo de julgamento, calculados com base na melhor estimativa da Administração com convicção de ser adequado o seu reconhecimento em face de que em sua avaliação ser mais do que provável a realização dos créditos compreendendo o ICMS destacado em nota, o que levou a constituir ativos de PIS e COFINS a recuperar no ativo não circulante no montante R$531.498 e no passivo não circulante no montante de R$525.926, conforme nota explicativa nº 22. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que montou em R$116.721, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A habilitação dos créditos junto à Receita Federal do Brasil, somente ocorrerá após o trânsito em julgado das ações judiciais.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8 Reajuste, Revisão Tarifária e outros assuntos regulatórios

8.1. Reajuste tarifário

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.855/2021, de 22 de abril de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de abril de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,9%.

8.2. Revisão tarifária

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 03 de abril de 2018 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.380 e Nota Técnica nº 65/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 9,87%.

8.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R$/Kwh (1)	Atual R$/Kwh (2) REH nº 2.888/2021 (*)	Atual R$/Kwh Resolução nº 3/2021	Variação total (2)/(1)
Verde	–	–	–	0%
Amarela	1,34	1,87	–	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	–	-5%
Vermelha 2	6,24	9,49	–	52%
Escassez Hídrica	–	–	14,2	–

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022. A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

8.4. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

Foi instituído através da Resolução nº2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:21:58 -04'00'

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

regulado do Sistema Interligado Nacional – SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigerá por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R$35.478 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outros passivos circulante – Bônus de redução voluntária de consumo, tendo como contrapartida uma redução na receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido foi reconhecido na rubrica de Reembolsos do Fundo CDE no grupo de Outros créditos no ativo circulante (vide nota explicativa nº 10) e, tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.5. Outros assuntos regulatórios – Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuida. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer nº 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado – SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica no 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito negativo na demonstração do resultado do exercício de R$5.900.

Os saldos apurados até o exercício findo de 2021 monta em R$3.100 (R$9.000 em 2020). Dos valores reconhecidos no resultado do exercício, o montante de R$3.400 foi contabilizado na receita operacional bruta – constituição e amortização CVA ativa e passiva e R$9.300 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira – Passivos financeiros setoriais.

9 Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2020	Adição	Receita Operacional Amortização	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldo em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	–	(145.339)	–	12.241	196.530	63.432	–	63.432	46.340	17.092
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	1.146	3.011	(2.756)	28	–	1.429	1.203	226	1.368	61
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	15.585	57.314	(5.598)	1.767	(14.237)	54.831	1.946	52.885	40.582	14.249
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	1.688	1.562	–	47	(3.066)	231	–	231	169	62
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	18	15.960	–	(11)	(15.967)	–	–	–	–	–
Encargo de serviços de sistema ESS (3)	35.002	185.899	(41.765)	1.207	–	180.343	19.827	160.516	137.093	43.250
Componentes financeiros										
Sobrecontratação de energia (2)	11.892	203.675	–	(11.925)	(200.542)	3.100	–	3.100	–	3.100
Neutralidade (4)	–	5.422	–	120	(1.693)	3.849	–	3.849	2.812	1.037
CUSD	721	352	(777)	3	(29)	270	270	–	270	–
Exposição de submercados	4.231	13.768	(18.902)	781	12.735	12.613	6.590	6.023	10.990	1.623
Garantias (5)	545	496	(496)	13	–	558	133	425	443	115
Saldo a compensar (6)	5.501	2.460	(7.369)	97	3.390	4.079	1.908	2.171	3.495	584
Efeitos postergação tarifárias (7)	–	–	–	(207)	207	–	–	–	–	–
Outros Financeiros (8)	–	88.352	–	4.084	(2.585)	89.851	–	89.851	65.973	23.878
Total do Ativo	**76.329**	**432.932**	**(77.663)**	**8.245**	**(25.257)**	**414.586**	**31.877**	**382.709**	**309.535**	**105.051**

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 2020	Adição	Receita Operacional Amortização	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldo em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Itens da Parcela A (1)										
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	10.095	–	4.142	–	(14.237)	–	–	–	–	–
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	1.964	731	509	(6)	(3.066)	132	132	–	132	–
Energia elétrica comprada para revenda	80.707	(136.380)	(102.810)	6.235	196.530	44.282	44.282	–	44.282	–
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	13.798	12.287	2.782	182	(15.967)	13.082	1.224	11.858	9.888	3.194
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (4)	9.911	2.752	(8.790)	74	(1.693)	2.254	2.254	–	2.254	–
Sobrecontratação de energia (2)	6.470	265.565	(13.486)	962	(200.542)	58.969	2.588	56.381	43.757	15.212
CUSD	–	714	–	8	(29)	693	–	693	506	187
Exposição de submercados	31.403	(57.442)	13.304	–	12.735	–	–	–	–	–
Saldo a compensar (6)	–	(3.455)	–	65	3.390	–	–	–	–	–
Outros Financeiros	–	6.619	(3.916)	11.357	1.819	15.879	1.444	14.435	12.043	3.836
Efeitos postergação tarifárias (7)	4.369	–	–	(172)	(4.197)	–	–	–	–	–
Devoluções Tarifárias (8)	59.069	19.593	–	2.665	–	81.327	–	81.327	–	81.327
Total Passivo	**217.786**	**110.984**	**(108.265)**	**21.370**	**(25.257)**	**216.618**	**51.924**	**164.694**	**112.862**	**103.756**
Saldo líquido	**(141.457)**	**321.948**	**30.602**	**(13.125)**	**–**	**197.968**	**(20.047)**	**218.015**	**196.673**	**1.295**

(1) Valores não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA): a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

(2) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente): a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

(3) Encargo de Serviço do Sistema – ESS: representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(4) Neutralidade da Parcela A: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

(5) Garantias Financeiras: repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;

(6) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;

(7) Efeitos postergação tarifárias: devido a pandemia do COVID-19, a Companhia que passou por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitou a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em iguais montantes financeiros;

(8) Devoluções tarifárias: refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP) iniciado em novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP); e

(9) Outros financeiros: considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como diferimentos financeiros, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC etc.

Postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica – devido aos altos impactos dos processos tarifários, a Companhia teve sua data de aplicação das novas tarifas postergadas de 08 de abril para o dia 22 de abril de 2021, para que a ANEEL tivesse tempo hábil para analisar todas as ações de mitigação do impacto tarifário. O valor de R$7.660 será repassado dos consumidores no próximo evento tarifário, atualizado pela variação da taxa SELIC, e foram reconhecidos como ativo financeiro setorial.

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu – em 22 de novembro de 2021 a Companhia recebeu R$35.099 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para a concessionária foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos e a diferença de R$6.619 registrada como um passivo financeiro setorial.

Adesão a Conta COVID: a Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta COVID no valor de R$296.268, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, e já foram recebidos.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	231.492
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	24.574
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	21.279
Despacho ANEEL nº 2.914 de 9 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	9.293
Despacho ANEEL nº 3.197 de 11 de novembro de 2020	12 de novembro de 2020	9.630
Total recebido		**296.268**

A criação da Conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da Conta COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da Conta COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela Conta COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da Conta COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10 Outros créditos

	2021	2020
Subvenção Baixa renda (1)	10.802	9.529
Subvenção CDE – Desconto Tarifário (2)	23.099	14.998
Bônus – Reembolso Fundo CDE (*)	35.478	–
Adiantamentos a empregados	6.995	8.052
Adiantamentos a fornecedores	366	393
Dispêndios a reembolsar	996	995
Ordens de desativações e alienações em curso (3)	2.213	7.030
Ordens de serviços em curso – P&D	5.974	13.160
Ordens de serviços em curso – PEE	14.193	10.572
Padrão baixa renda	3.259	3.259
Aplicações vinculadas	1.072	415
Despesas pagas antecipadamente	8.596	4.087
Banco Daycoval (4)	–	61.818
(-) Provisão para perdas Daycoval (4)	–	(61.818)
Outros créditos a Receber – CELPA (5)	5.585	5.585
(-) Ajuste a Valor presente – CELPA	(1.725)	(1.810)
EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência (6)	14.333	14.507
Créditos a receber de terceiros – alienação de bens e direitos (7)	6.541	3.294
Outros créditos a receber	4.365	4.862
Total	**142.142**	**98.928**
Circulante	124.796	81.667
Não circulante	17.346	17.261

(*) Vide nota explicativa nº 8.4 – Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

(1) **Subvenção Baixa Renda –** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro de 2021, cuja previsão de recebimento será no próximo trimestre de 2022 e a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial – circulante – 2020 e 2019	**9.529**	**7.609**
Subvenção Baixa Renda	61.956	72.225
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(60.683)	(70.305)
Saldo final – circulante – 2021 e 2020	**10.802**	**9.529**

(2) **Subvenção CDE desconto tarifário** – refere-se aos recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Segue a movimentação ocorridas no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial – circulante – 2020 e 2019	**14.998**	**20.249**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural aplicados na tarifa	160.649	156.379
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(152.548)	(161.630)
Saldo final – circulante – 2021 e 2020	**23.099**	**14.998**

(3) **Ordens de desativação e alienações em curso** – refere-se as ordens de desativação em curso (ODD), em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, bem como as ordens de serviços (ODS), serviços prestados a terceiros que ainda se encontram em curso.

(4) **Banco Daycoval S/A –** refere-se ao valor transferido pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor. A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, alienação do recebível no montante de R$61.818 que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do exercício. Vide maiores detalhes da operação do FIDC na nota explicativa nº 28.

(5) **Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA** – refere-se a créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A. realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensavam, que quitou perante as Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do montante inicial da negocial, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034, cujo saldo atualizado é de R$5.585 (R$5.585 em 2020).

(6) **EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência – Fundo Previdenciário Patronal** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora.

(7) **Créditos a receber de terceiros**: refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (64,01% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

- Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A;
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa S/A:

- Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol).
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços Contratados (Despesas)	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)	Outros resultados – receita	Debêntures – despesas financeiras	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar debêntures	Saldo a pagar – Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1) e (2)	(34.528)	–	–	(18.264)	(5.326)	(150.978)	–
Energia Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A (3)	–	(7.106)	–	–	–	–	(172)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (3)	–	(1.580)	–	–	–	–	(45)
Multi Energisa S/A (4)	(14.786)	–	–	–	(2.791)	–	–
Energisa Soluções S/A (5)	(7.603)	–	–	–	(1.073)	–	–
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (6)	–	(253)	–	–	–	–	(21)
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A (6)	–	(267)	–	–	–	–	(22)
Energisa Para Transmissora de Energia II S/A (6)	–	(17)	–	–	–	–	(2)
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (6)	–	(115)	–	–	–	–	(3)
Alsol Energias Renováveis S/A (7)	(463)	–	–	–	–	–	–
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (8)	(341)				(253)		
Fundo de Investimentos – FIDC (9)	–	–	25.066	–	–	–	–
2021	(57.721)	(9.338)	25.066	(18.264)	(9.443)	(150.978)	(265)
2020	(42.125)	(6.069)	–	(4.221)	(6.586)	(183.834)	280

(1) **Energisa S/A**: refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) **Energisa S/A – debêntures –** a Companhia efetuou a 9ª e 15ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R$150.978 (R$183.834 em 2020);

(3) **Contratos relacionados ao setor elétrico**: a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CUSD – Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;

(4) **Multi Energisa S/A:** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(5) **Energisa Soluções e Linhas e Redes S/A – Serviços de Manutenção:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(6) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Para Transmissora de Energia I S/A, Energisa Para Transmissora de Energia II S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A:** refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão; e

(7) **Alsol Energias Renováveis S/A:** refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D;

(8) **Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A.,** Serviços aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento; e,

(9) **Fundo de Investimentos – FIDC –** referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos realizados no exercício, vide nota explicativa nº 28.

Remuneração dos administradores

	2021	2020
Remuneração Anual (1)	5.500	6.381
Remuneração dos membros do conselho de Administração	353	395
Remuneração da Diretoria	2.072	1.822
Outros Benefícios (2)	2.465	1.807

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 29 de abril de 2020. Para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 30 de abril de 2021.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R$60 e R$2 (R$55 e R$2 em 2020) respectivamente. A remuneração média no exercício de 2021 foi de R$19 (R$18 em 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:22:58 -04'00'

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return – TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP(1)	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	14/05/2021
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	13/05/2021
Total de opções de ações outorgadas	18.538	15.359	15.151	17.513
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (2)	8,20%	7,70%	5,27%	6,80%
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R$44,35	R$54,97	R$43,69	R$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R$665 representativo de 14.119 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

(2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023);

(3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos R$832 (R$795 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas – pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 31 de dezembro de 2021, R$1.785 (R$1.205 em 2020).

12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Ativo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	88.358	120.226
Contribuição social sobre o lucro líquido	31.809	43.282
Total	**120.167**	**163.508**
Passivo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	134.821	102.189
Contribuição social sobre o lucro líquido	**48.536**	**36.788**
Total	**183.357**	**138.977**
Total líquido – (passivo)/ ativo não circulante	**(63.190)**	**24.531**

As diferenças temporárias são como segue:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	82.702	28.119	124.510	42.333
Amortização do ágio	64.594	21.962	75.360	25.622
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	50.217	17.074	117.791	40.049
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	88.791	30.189	77.961	26.507
Outras adições temporárias	15.304	5.203	20.324	6.911
Marcação a mercado – dívida	7.640	2.598	25.188	8.564
Ajuste a valor presente	21.400	7.276	5.548	1.886
Provisão ajuste atuarial	22.783	7.746	34.214	11.633
Contratos e prestação de Serviços	–	–	11	4
Marcação a mercado derivativo	(117.240)	(39.862)	(125.734)	(42.750)
Parcela do VNR do ativo financeiro	(422.044)	(143.495)	(283.023)	(96.228)
Total – (passivo)/ ativo não circulante	**(185.853)**	**(63.190)**	**72.150**	**24.531**

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2022	18.352
2023	18.769
2024	21.020
2025	20.905
2026	20.805
2027	20.316
Total	**120.167**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	891.072	512.056
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(302.964)	(174.099)
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.171)	(1.472)
Lei do Bem	4.566	3.986
Outras exclusões permanentes (1)	9.940	1.895
Imposto de renda e contribuição social	**(289.629)**	**(169.690)**
Alíquota efetiva	**32,50%**	**33,14%**

(1) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2021 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13 Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinado pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$139.981 (R$44.129 em 2020).

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2021	2020
Ativo financeiro valor justo – em 2020 e 2019	**1.251.680**	**1.095.447**
Adições no exercício (1)	212.600	114.844
Baixas no exercício	(4.879)	(2.740)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão (2)	139.981	44.129
Ativo financeiro valor justo – em 2021 e 2020	**1.599.382**	**1.251.680**

(1) Adições no exercício: refere-se à transferência originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

(2) Receita operacional: os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14 Ativo contratual – infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2021
Ativo contratual – infraestrutura em construção					
Em construção	115.061	500.223	(149.158)	(243.091)	223.035
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	12.231	43.757	(10.280)	(30.491)	15.217
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	**102.830**	**456.466**	**(138.878)**	**(212.600)**	**207.818**

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual – infraestrutura em construção					
Em construção	87.738	216.020	(61.053)	(127.644)	115.061
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	11.229	19.094	(5.292)	(12.800)	12.231
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	**76.509**	**196.926**	**(55.761)**	**(114.844)**	**102.830**

(1) O montante de R$138.878 (R$55.761 em 2020) foi transferido para o intangível – contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R$212.600 (R$114.844 em 2020) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual – infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15 Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	–	–	876	–	876
Máquinas e Equipamentos	15,76%	42.560	–	3.730	–	46.290
Veículos	14,29%	–	–	146	–	146
Móveis e utensílios	6,25%	7.473	–	124	–	7.597
Total do imobilizado em serviço		**50.033**	**–**	**4.876**	**–**	**54.909**
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		–	–	–	(2)	(2)
Máquinas e Equipamentos		(36.054)	–	(4)	(2.136)	(38.194)
Veículos		–	–	–	(10)	(10)
Móveis e utensílios		(5.302)	–	–	(305)	(5.607)
Total Depreciação acumulada		**(41.356)**	**–**	**(4)**	**(2.453)**	**(43.813)**
Subtotal Imobilizado		8.677	–	4.872	(2.453)	11.096
Imobilizado em curso		1.615	5.381	(4.876)	–	2.120
Total do Imobilizado		**10.292**	**5.381**	**(4)**	**(2.453)**	**13.216**

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,42%	41.558	–	1.002	–	42.560
Móveis e utensílios	6,25%	7.295	–	178	–	7.473
Total do imobilizado em serviço		**48.853**	**–**	**1.180**	**–**	**50.033**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(33.945)	–	–	(2.109)	(36.054)
Móveis e utensílios		(4.953)	–	–	(349)	(5.302)
Total Depreciação acumulada		**(38.898)**	**–**	**–**	**(2.458)**	**(41.356)**
Subtotal Imobilizado		9.955	–	1.180	(2.458)	8.677
Imobilizado em curso		783	2.716	(1.884)	–	1.615
Total do Imobilizado		**10.738**	**2.716**	**(704)**	**(2.458)**	**10.292**

(1) O montante de R$4 (R$704 em 2020), refere-se às reclassificações para o Intangível – contrato de concessão.

16 Intangível

	2021	2020
Intangível – contrato de concessão	644.442	610.842
Intangível – direito de uso	3.368	6.728
Intangível – software	32.825	31.982
Total	**680.635**	**649.552**

16.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4,36%	2.595.009	149.158	(37.856)	–	2.706.311
Amortização Acumulada		(1.784.412)	4	28.580	(132.962)	(1.888.790)
Subtotal		**810.597**	**149.162**	**(9.276)**	**(132.962)**	**817.521**
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,85%	806.571	10.280	–	–	816.851
Amortização Acumulada		(606.816)	–	–	(36.956)	(643.772)
Subtotal		**199.755**	**10.280**	**–**	**(36.956)**	**173.079**
Total		**610.842**	**138.882**	**(9.276)**	**(96.006)**	**644.442**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,17%	2.565.296	61.053	(31.340)	–	2.595.009
Amortização Acumulada		(1.683.553)	–	25.308	(126.167)	(1.784.412)
Subtotal		**881.743**	**61.053**	**(6.032)**	**(126.167)**	**810.597**
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,85%	801.279	5.292	–	–	806.571
Amortização Acumulada		(571.022)	–	–	(35.794)	(606.816)
Subtotal		**230.257**	**5.292**	**–**	**(35.794)**	**199.755**
Total		**651.486**	**55.761**	**(6.032)**	**(90.373)**	**610.842**

(1) Do montante de R$138.882 (R$55.761 em 2020), R$138.878 foi transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção e R$4 refere-se às reclassificações para o imobilizado.

(2) O montante de R$9.276 (R$6.032 em 2020), referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$3.885 (R$3.644 em 2020).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,36% (4,17% em 2020).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2021	2020
Contribuição do consumidor (1)	190.602	160.835
Participação da União, Estados e Municípios (2)	756.303	742.313
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(643.772)	(606.816)
Total	**365.886**	**359.085**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	177.590	147.099
Infraestrutura – Intangível em serviço	173.079	199.755
Ativo contratual – infraestrutura em construção	15.217	12.231
Total	**365.886**	**359.085**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

(2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos.

16.2. Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível – direito de uso – Imóveis							
Custo	19,91%	11.152	2.343	127	(3.734)	–	9.888
Amortização Acumulada		(4.424)	–	(127)	–	(1.969)	(6.520)
Total		**6.728**	**2.343**	**–**	**(3.734)**	**(1.969)**	**3.368**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Intangível – direito de uso – Imóveis	29,54%					
Custo		7.667	3.970	(485)	–	11.152
Amortização Acumulada		(1.604)	–	–	(2.820)	(4.424)
Total		**6.063**	**3.970**	**(485)**	**(2.820)**	**6.728**

16.3. Intangível – software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível – software e outros						
Custo	20,00%	108.826	–	5.121	–	113.947
Amortização Acumulada		(83.870)	–	–	(9.044)	(92.914)
Em curso		7.026	9.887	(5.121)	–	11.792
Total		**31.982**	**9.887**	**–**	**(9.044)**	**32.825**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2020
Intangível – software e outros						
Custo	20,00%	108.463	–	363	–	108.826
Amortização Acumulada		(74.879)	–	–	(8.991)	(83.870)
Em curso		–	6.685	341	–	7.026
Total		**33.584**	**6.685**	**704**	**(8.991)**	**31.982**

17 Fornecedores

	2021	2020
Contrato Bilateral (1)	174.102	150.962
CCEE (2)	21.036	100.760
Uso da Rede básica (3)	865	1.036
Operador Nacional do Sistema Elétrico (3)	17.572	18.628
Encargos do Serviço do Sistema (3)	91.720	8.880
Conexão a rede	11.140	9.814
Materiais, serviços e outros (4)	51.831	55.871
Total	**368.266**	**345.951**
Circulante	347.757	325.981
Não circulante	20.509	19.970

(1) **Contratos bilaterais e uso da rede básica** – refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) **CCEE** – a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao piso, comparando novembro-dezembro/21 com novembro-dezembro/20. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(3) **Encargos do serviço do sistema** – a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Apesar da melhora das condições hidrológicas com as chuvas do 4ºTRI de 2021, a situação ainda é de atenção com o nível dos reservatórios e o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito é fundamental para a garantia da segurança do atendimento ao SIN no ano do 2022.

(4) **Materiais, serviços e outros** – referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:23:47 -04'00'

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	–	542	(42)	(20)	67	–	–	547
IPCA	–	255.208	–	(5.055)	22.403	–	–	272.556
CDI	441.413	200.000	(78.443)	(27.121)	29.513	–	–	565.362
TR	291.571	–	–	(19.258)	19.472	–	–	291.785
Gastos com captação	(230)	–	–	–	421	(1.687)	–	(1.496)
Total do custo	**732.754**	**455.750**	**(78.485)**	**(51.454)**	**71.876**	**(1.687)**	**–**	**1.128.754**
Gastos com captação								
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	150.267	224.199	(76.678)	(4.411)	24.769	–	–	318.146
Euro	72.278	–	–	(850)	207	–	–	71.635
Gastos com captação	(314)	–	–	–	222	–	–	(92)
Marcação a mercado	1.202	–	–	–	–	–	(2.710)	(1.508)
Total ao valor justo	**223.433**	**224.199**	**(76.678)**	**(5.261)**	**25.198**	**–**	**(2.710)**	**388.181**
Total	**956.187**	**679.949**	**(155.163)**	**(56.715)**	**97.074**	**(1.687)**	**(2.710)**	**1.516.935**
Circulante	242.117							203.968
Não circulante	714.070							1.312.967

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apro-priados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
CDI	286.852	215.000	(65.000)	(10.619)	15.180	–	–	441.413
TR	291.492	–	–	(19.515)	19.594	–	–	291.571
Gastos com captação	–	–	–	–	134	(364)	–	(230)
Total do custo	**578.344**	**215.000**	**(65.000)**	**(30.134)**	**34.908**	**(364)**	**–**	**732.754**
Gastos com captação								
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	185.916	–	(83.007)	(5.260)	52.618	–	–	150.267
Euro	51.345	–	–	(793)	21.726	–	–	72.278
Gastos com captação	(535)	–	–	–	221	–	–	(314)
Marcação a mercado	2.339	–	–	–	–	–	(1.137)	1.202
Total ao valor justo	**239.065**	**–**	**(83.007)**	**(6.053)**	**74.565**	**–**	**(1.137)**	**223.433**
Total	**817.409**	**215.000**	**(148.007)**	**(36.187)**	**109.473**	**(364)**	**(1.137)**	**956.187**
Circulante	69.675							242.117
Não circulante	747.734							714.070

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total 2021	Total 2020	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
FIDC Grupo Energisa IV – 1ª Série	291.785	291.571	TR + 7,00% a.a.	out-34	Mensal a partir de out/29	7,05%	R
FIDC Grupo Energisa IV – 2ª Série	202.403	219.794	CDI + 0,70% a.a.	abr-31	Mensal a partir de abr/21	5,12%	R
Nota Promissória (1)	75.735	71.866	CDI + 0,95% a.a.	mar-23	Final	5,37%	A
CCB Safra 001660014	80.230	81.816	CDI + 1,80% a.a.	jun-23	Final	6,22%	A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	–	67.937	CDI + 4,10% a.a.	ago-21	Final	8,52%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	118.850	–	IPCA + 4,83% a.a.	out-27	Mensal a partir de abr/22	14,89%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	153.706	–	IPCA + 4,83% a.a.	dez-34	Mensal a partir de nov/27	14,89%	A
EMS X ENERGISAPREV – MIGRAÇÃO 2020	547	–	INPC + 5,00% a.a.	abr-29	Mensal	15,16%	A
Nota Promissória 3ª emissão (1)	51.809	–	CDI + 1,75% a.a.	jul-24	Final	6,17%	A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	155.185	–	CDI + 1,70% a.a.	jul-23	Final	6,12%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.496)	(230)	–	–	–	–	A
Total em Moeda Nacional	**1.128.754**	**732.754**					
Loan Citi – 4131 (1)	40.346	75.142	Libor + 1,70% a.a.	mai-22	Anual após 2021	9,25%	A
Loan Citi EDC- 4131 (1)	40.337	75.125	Libor + 1,80% a.a.	mai-22	Anual após 2021	9,35%	A
Resolução 4131 – Bank of America ML (1)	71.635	72.278	0,99% a.a. Pré	mai-22	Final	0,10%	A
EMS X BAML – LOAN 4131 – 28012021(1)	86.080	–	1,83% a.a. Pré	fev-24	Final	9,22%	A
Loan Citi – 59382 (1)	151.383	–	Libor + 1,16% a.a.	jul-24	Final	8,71%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(92)	(314)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.508)	1.202					
Total em Moeda Estrangeira	**388.181**	**223.433**					
Total EMS	**1.516.935**	**956.187**					

(*) A=Aval Energisa S/A e R=Recebíveis.

(1) Condições de *covenants* – O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida/EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento. Para os financiamentos do BNDES e BAML Loan 4131, o limite é de 4,25x até o vencimento Para os financiamentos do BNDES, Nota promissória 3ª Emissão, Santander 4131 e BAML Loan 4131, o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº31. Em 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

(2) Contato firmado com a Energisaprev – Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2021 e 2020, conforme nota explicativa 32.1.

(3) Em 2021, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 31).

(4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 31- Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R$31.846 (R$34.835 em 2020), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2021	2020
US$ x R$	7,39%	28,93%
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
INPC	10,16%	4,52%
EURO	-0,89%	40,78%
TR	0,05%	0,00%
LIBOR	0,16%	0,28%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	343.114
2024	328.441
2025	43.233
2026	43.233
Após 2026	554.946
Total	**1.312.967**

19 Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apro-priados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo – pós fixado								
CDI	608.395		(196.262)	(18.144)	26.740		–	420.729
IPCA	266.273	320.000	–	(13.068)	51.996		–	625.201
Gastos com captação	(5.190)		–	–	1.387	(10.621)	–	(14.424)
Marcação a mercado	23.986		–	–	–		(14.838)	9.148
Total do custo	**893.464**	**320.000**	**(196.262)**	**(31.212)**	**80.123**	**(10.621)**	**(14.838)**	**1.040.654**
Circulante	198.356							189.591
Não circulante	695.108							851.063

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização mo-netária e Custos	Custos Apro-priados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo – pós fixado								
CDI	701.463	214.471	(301.623)	(29.986)	24.070	–	–	608.395
IPCA	181.125	75.000	–	(8.996)	19.144	–	–	266.273
Gastos com captação	(3.511)	–	–	–	1.819	(3.498)	–	(5.190)
Marcação a mercado	20.958	–	–	–	–	–	3.028	23.986
Total do custo	**900.035**	**289.471**	**(301.623)**	**(38.982)**	**45.033**	**(3.498)**	**3.028**	**893.464**
Circulante	154.964							198.356
Não circulante	745.071							695.108

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2021	Total 2020	Emissão	Nº de Títulos Emitidos/ circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias(*)
Debêntures 8ª Emissão	102.263	201.202	15/09/2017	30.000/30.000	107,50% CDI	set/22	Anual após set/20	4,75%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	13.614	12.290	15/10/2017	10.762/10.762	IPCA+4,4885% a.a	out/22	Final	14,55%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.538	2.292	15/10/2017	2.006/2.006	IPCA+4,7110% a.a	out/24	Final	14,77%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.728	4.268	15/10/2017	3.733/3.733	IPCA+5,1074% a.a	out/27	Final	15,17%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	44.590	88.041	15/10/2017	131.499/131.499	107,75% CDI	out/22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 10ª Emissão	–	11.066	15/02/2018	15.000/1.095	CDI +0,95%	fev/21	Final	5,37%	SG
Debêntures 11ª Emissão	188.843	170.480	15/09/2018	155.000/155.000	IPCA+5,0797% a.a	set/25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.623	110.160	10/06/2019	110.000/110.000	CDI + 0,73% a.a	jun/24	Final	5,15%	A
Debêntures 13ª Emissão	19.339	56.905	22/01/2020	7.500/7.500	CDI + 0,70% a.a	jan/22	Semestral	5,15%	A
Debêntures 14ª Emissão	143.914	141.021	25/08/2020	139.471/139.471	CDI + 2,30% a.a	ago/25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	9.789	8.809	11/10/2020	8.590/8.590	IPCA+4,2297% a.a	out/27	Final	14,29%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	75.719	68.134	11/10/2020	66.410/66.410	IPCA+4,4744% a.a	out/30	Anual após out/28	14,53%	SG
Debêntures 16ª Emissão	329.970	–	15/10/2021	320.000/320.000	IPCA+6,0872% a.a	out/31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos de captação incorridos na captação	(14.424)	(5.190)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.148	23.986							
Total	**1.040.654**	**893.464**							

(*) A=Aval Energisa S/A e SG=Sem Garantia

Em 15 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a 16ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R$320.000 com vencimento em 15 de outubro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de2021 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida/EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento Para 14ª emissão de debêntures da Companhia o limite é de 4,25x até o vencimento. Para 8ª Emissão de debêntures da Companhia sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulantes têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	106.274
2024	218.799
2025	106.463
Após 2025	419.527
Total	**851.063**

20 Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções na informação a serem prestadas, por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos, concluindo quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2020	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldo em 2021
Arrendamentos operacionais	5	8,89%	7.080	2.343	(2.775)	718	(3.734)	3.632
Total			**7.080**					**3.632**
Circulante			2.113					1.277
Não circulante			4.967					2.355

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldo em 2020
Arrendamentos operacionais	5	8,89%	6.240	3.970	(2.418)	(227)	(485)	7.080
Total			**6.240**					**7.080**
Circulante			2.243					2.113
Não circulante			3.997					4.967

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	821
2024	479
Após 2025	1055
Total	**2.355**

21 Impostos e contribuições sociais

	2021	2020
Imposto s/circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	72.739	74.129
Encargos sociais	13.202	10.641
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	21.422	17.678
Contribuição social s/o lucro líquido – CSLL	8.405	6.809
Contribuição ao PIS e a COFINS	32.634	26.692
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.503	1.149
ISS	1.580	714
Outros	2.089	733
Total	**153.574**	**138.545**
Circulante	117.716	109.988
Não circulante	35.858	28.557

(*) Inclui R$20.016 (R$13.185 em 2020), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6).

22 Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal – STF, no julgamento do mérito do Recurso Extraordinário 574.706, em Repercussão Geral, reconheceu que ICMS não integra a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Contra essa decisão a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional opôs embargos de declaração objetivando a modulação dos efeitos da decisão e que o fosse reconhecido que era o ICMS recolhido, e não o destacado na nota fiscal, que não deveria ser incluído na base de cálculo. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente o a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

A Companhia não obteve trânsito em julgado de algumas de suas ações, entretanto, diante da decisão do STF e o parecer da PGFN a Administração tem convicção de ser adequado o reconhecimento do crédito por ser mais do que provável a decisão favorável, o que levou a constituir ativos de PIS e COFINS a recuperar no ativo não circulante no montante de R$531.498 e no passivo não circulante no montante de R$525.926, líquido dos tributos incidentes sobre as atualizações financeiras. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições, deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico brasileiro. O repasse aos consumidores será definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e dependerá do efetivo aproveitamento dos créditos tributários conforme normas da Receita Federal do Brasil. No período de abril/2012 a setembro/21, as atualizações foram realizadas com base na variação da Taxa Selic tendo sido registrada em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

O resumo dos impactos são como segue:

	2021 Ativo	2021 Passivo
Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS	531.498	–
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	–	(525.926)
Total do ativo e passivo não circulante	**531.498**	**(525.926)**

Demonstração do resultado	2021
Receita operacional bruta	
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – outros passivos	(414.776)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS – tributos a recuperar	414.776
Resultado financeiro	
Outras Receitas financeiras	
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS – Efeitos da redução do ICMS	116.721
Outras Despesas financeiras	
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(116.822)
Resultado apurado	**(101)**

(*) Deduzidos de R$5.471, referente aos custos com advogados, consultoria e tributos.

23 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldo inicial –2020 e 2019	**76.289**	**43.916**	**831**	**3.474**	**124.510**	**151.717**
Constituições de provisões	7.747	8.920	–	–	16.667	56.127
Reversões de provisões	(9.704)	(2.316)	–	–	(12.020)	(37.496)
Pagamentos realizados	(33.913)	(17.804)	–	–	(51.717)	(63.502)
Atualização monetária	2.564	2.547	21	130	5.262	3.756
Saldo final – 2021 e 2020	**42.983**	**35.263**	**852**	**3.604**	**82.702**	**110.602**
Cauções e depósitos vinculados (*)					**(11.797)**	**(18.207)**

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$70.406 (R$77.094 em 2020). Desse total, R$58.609 (R$58.887 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto a implantação de valores decorrentes da periodicidade das promoções dos funcionários (NP/212), indenização por tempo de serviço (ACT/90), horas extras e sobraviso, bem como pedidos atrelados à subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais envolvendo Danos Elétricos, Interrupção de Fornecimento, Reclamação de Consumo e Inscrição no Serasa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a quatro processos, dos quais dois discutem execução de multa do PROCON, um discute execução de ISS e um discute exigibilidade da contribuição INCRA.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a possível descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldo inicial –2020 e 2019	**28.062**	**300.596**	**92.000**	**–**	**420.658**	**413.833**
Novos processos	1.260	41.064	278	1.799	44.401	104.044
Mudança de prognósticos e valor pedido	(5.349)	(19.343)	(72.159)	–	(96.851)	(39.919)
Encerramento	(7.355)	(13.634)	(14)	–	(21.003)	(72.158)
Atualização monetária	2.410	33.330	2.326	42	38.108	14.858
Saldo final – 2021 e 2020	**19.028**	**342.013**	**22.431**	**1.841**	**385.313**	**420.658**

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas, têm como objetos principais pleitos os objetos verbas contratuais/legais e processos de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147

Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:24:44 -04'00'

também ações judiciais envolvendo Cobrança por Irregularidade, Ligação Nova, Reclamação de Consumo, Inscrição no Serasa e Suspensão de Fornecimento.

Principais processos

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R$202.610 (R$R$182.600 em 2020), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R$75.225 (R$67.795 em 2020), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária envolvendo discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; e (ii) diferença no recolhimento da Contribuição Previdenciária.

Principal processo

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R$74.361 (R$R$72.751 em 2020), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

24 Encargos setoriais e incorporação de redes

24.1. Encargos setoriais

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	9.828	–
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.356	1.059
Ministério de Minas e Energia – MME	679	529
Programa Nacional de Cons. de Energia Elétrica – PROCEL	5.023	1.468
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	16.042	24.338
Programa de Eficiência Energética – PEE	22.677	18.131
Total	**55.605**	**45.525**
Circulante	38.274	26.787
Não circulante	17.331	18.738

(*) Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme Despacho nº939, de 5 de abril de 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei 14.120/2021, que alterou a Lei 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

24.2. Incorporação de redes particulares

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial – 2020 e 2019	5.965	4.843
Adição	796	1.397
Atualização monetária e juros	2.328	210
Baixas – pagamentos	(853)	(485)
Saldo inicial – 2021 e 2020	**8.236**	**5.965**

25 Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R$616.732 (R$616.732 em 2020) e está representado por 647.015 (647.015 em 2020) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

25.2. Reserva de capital

	2021	2020
Reserva especial de ágio (1)	116.944	116.944
Remuneração das imobilizações em curso	1.650	1.650
Programa de remuneração variável (ILP) (2)	1.785	1.205
Total	**120.379**	**119.799**

(1) Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S/A, representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99.

(2) Programa de remuneração variável (ILP) – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

25.3. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2020, a Companhia constituiu a reserva legal no montante R$10.792 até atender ao limite de 30% do capital social, considerando o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2021, não foi constituída essa reserva, por ter atendido ao limite estabelecido.

25.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	601.443	342.366
Reserva legal (5%) (nota explicativa 25.3)	–	(10.792)
Lucro líquido ajustado	**601.443**	**331.574**
Dividendos obrigatórios (25%)	**150.361**	**82.894**
. Valores pagos em 26 de maio de 2021 – correspondem a R$185,775273850 em 3 de abril de 2020 – R$66,932069890 por ação ordinária (1)	120.200	43.306
. Valores pagos em 26 de agosto de 2021 – correspondem a R$214,4543213218 em 20 de novembro de 2020 – R$23,035402518 por ação ordinária (1)	138.755	14.904
. Valores pagos em 08 de dezembro de 2021 – correspondem a R$260,79175932552 em 20 de novembro de 2020 – R$23,035402518 por ação ordinária (1)	168.736	–
. Dividendos a pagar – correspondem a R$38,150583835 em 2020 por ação ordinária	–	24.684
. Dividendos adicionais propostos – correspondem a R$268,5442070277 (R$384,3496673184 em 2020) por ação ordinária (2)	173.752	248.680
	601.443	**331.574**
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 13 de maio, 12 de agosto e 11 de novembro de 2021, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial – 2020 e 2019	**(18.072)**	**(17.180)**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	14.732	(1.351)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	(5.008)	459
Saldo final – 2021 e 2020	**(8.348)**	**(18.072)**

26 Receita operacional

Receita Bruta	2021 – Fora do escopo dos auditores independentes			2020 – Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	894.917	2.049.613	1.880.442	876.883	2.084.548	1.644.704
Industrial	6.980	266.041	226.413	7.194	292.142	206.558
Comercial	80.350	883.857	816.183	79.609	946.621	743.893
Rural	88.509	604.116	496.488	88.554	601.568	399.891
Poder público	8.804	214.315	191.571	8.469	210.024	159.924
Iluminação pública	2.903	210.613	119.226	3.154	212.024	95.372
Serviço público	1.453	139.484	106.719	1.399	165.206	103.088
Consumo próprio	230	7.195	–	222	6.913	–
Subtotal	**1.084.146**	**4.375.234**	**3.837.042**	**1.065.484**	**4.519.046**	**3.353.430**
Suprimento de energia a concessionárias	–	580.379	222.972	–	282.780	67.607
Fornecimento não faturado líquido	–	5.293	142.071	–	6.594	45.632
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	318	–	346.981	232	–	275.438
Bônus de redução voluntária de consumo	–	–	(35.478)	–	–	–
Bônus – reembolso do fundo CDE	–	–	35.478	–	–	–
Receita de construção da infraestrutura (1)	–	–	448.976	–	–	194.433
Efeitos da redução do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	–	–	(414.776)	–	–	–
Efeitos da redução do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	–	–	414.776	–	–	–
Penalidades regulatórias	–	–	(11.981)	–	–	(10.745)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	–	–	139.981	–	–	44.129
Constituição e amortização – CVA ativa e passiva	–	–	387.649	–	–	66.061
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	–	–	222.605	–	–	228.604
Outras receitas operacionais	–	–	58.976	–	–	20.475
Total – receita operacional bruta	**1.084.464**	**4.960.906**	**5.795.272**	**1.065.716**	**4.808.420**	**4.285.064**
Deduções da receita operacional						
ICMS	–	–	745.868	–	–	680.877
PIS	–	–	78.495	–	–	67.100
COFINS	–	–	361.553	–	–	309.065
ISS	–	–	90	–	–	95
Deduções bandeiras tarifárias – CCRBT (2)	–	–	(2.733)	–	–	(9.248)
Programa de Eficiência Energética – PEE	–	–	14.223	–	–	10.704
Encargos de consumidor – Procel	–	–	3.556	–	–	2.676
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	–	–	387.434	–	–	283.630
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	–	–	7.111	–	–	5.352
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	–	–	7.111	–	–	5.352
Ministério das Minas e Energia – MME	–	–	3.556	–	–	2.676
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	–	–	5.970	–	–	4.666
Total – deduções receita operacional	–	–	1.612.234	–	–	1.362.945
Total – receita operacional líquida	**1.084.464**	**4.960.906**	**4.183.037**	**1.065.716**	**4.808.420**	**2.922.119**

(1) **Receita de construção da infraestrutura** – está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) **Deduções bandeiras tarifárias – CCRBT** – a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R$299.451 (R$21.629 em 2020), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, o montante de R$ 2.733 (R$ R$9.248 em 2020). Dessa forma, o efeito líquido das Bandeiras Tarifárias no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2021 foi de R$302.184 (R$30.877 em 2020).

27 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do Serviço			Despesas	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Operacionais Gerais e Administrativas	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	1.881.912	–	–	–	1.881.912	1.361.370
Encargo de uso – sistema de transmissão e distribuição	296.234	–	–	–	296.234	251.658
Pessoal e administradores	–	126.043	5	69.636	195.684	184.311
Programa de remuneração variável (ILP)	–	–	–	832	832	795
Benefícios pós emprego	–	2.384	–	2.083	4.467	3.445
Material	–	14.623	284	13.750	28.657	24.993
Serviços de terceiros	–	73.785	–	102.079	175.864	168.287
Depreciação e amortização	–	93.576	–	12.011	105.587	100.998
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	–	48.786	–	–	48.786	55.565
(Reversão) provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	–	–	–	(47.070)	(47.070)	8.590
Custo de construção da infra estrutura	–	–	448.976	–	448.976	194.433
Outros	–	3.401	–	29.984	33.385	23.012
Total	**2.178.146**	**362.598**	**449.265**	**183.305**	**3.173.314**	**2.377.457**

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Valores em R$ mil	
	2021	2020	2021	2020
Energia de Itaipú – Binacional	955.857	933.165	420.329	347.336
Energia de Leilão	2.872.781	2.695.669	774.090	614.838
Energia Bilateral	390.779	391.998	97.842	93.548
Cotas de Angra – Resolução Normativa nº 530/2012(*)	181.997	174.465	44.794	49.202
Energia de curto prazo – CCEE (**)	44.214	183.125	408.537	156.438
Cotas Garantia Física – Resolução Homologatória nº 1.410/2013	1.294.671	1.275.156	253.702	173.554
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia – PROINFA	109.682	107.092	50.305	39.130
Energia de reserva – ERR	–	–	19.022	25.179
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	–	–	(186.709)	(137.855)
Total	**5.849.981**	**5.760.670**	**1.881.912**	**1.361.370**

(*) Contempla valor da REN 1.585/2013.

(**) Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(***) Informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

28 Outros Resultados

	2021	2020
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	4.447	4.733
Superávit – Fundo Previdenciário Patronal (1)	1.940	19.067
Resultado com cessão de créditos de FIDC (2)	22.183	–
Outras	2.017	3.731
	30.587	**27.531**
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(26.775)	(26.674)
Outras	(5.241)	–
	(32.016)	(26.674)
Total	**(1.429)**	**857**

(1) **Fundo Previdenciário Patronal** – reconhecimento do superávit do plano de previdência originado das parcelas das contribuições patronais não recebidas pelos participantes, conforme apresentado na nota explicativa nº 10 – Outros créditos

(2) **Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento:** em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC – FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S.A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs. Em 2021 foram recebidos o montante de R$25.066. Os títulos estavam em sua maioria totalmente provisionados trazendo efeitos positivos na demonstração de resultado do exercício conforme segue:

Descrição das operações	2021
Valor justo dos títulos cedidos	25.066
Reversão da perda esperada com a provisão de devedores duvidosos	61.818
Custo dos títulos cedidos (*)	(64.701)
Efeitos – Outros Resultados	**22.183**
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos – Reversão de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	**4.141**
Efeitos apurados	**26.324**

(*) Composição dos títulos cedidos: (i) outros créditos (nota explicativa nº 10) – R$61.818: cessão do recebível da ação judicial contra o Banco Daycoval (processo referente a valor transferido indevidamente pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira); e (ii) contas de energia elétrica no valor de R$2.883.

29 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	11.494	8.679
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	69.006	60.432
Juros ativos	334	338
Juros Selic s/impostos a recuperar	1.291	1.492
Atualização financeira – Ativos financeiros setoriais	8.245	(491)
Variação cambial Energia Itaipu	5.176	6.891
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	116.721	–
Outras	2.924	12.474
Tributos sobre receitas financeiras – PIS/COFINS	(10.002)	(4.172)
Total das receitas financeiras	**205.189**	**85.643**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas – juros	(107.280)	(74.688)
Encargos de dívidas – Variação monetária e cambial	(69.917)	(79.818)
Transferência para ordens em curso	2.471	519
Marcação a mercado da dívida	17.548	(1.891)
Marcação a mercado de derivativos	(24.729)	1.901
Instrumentos financeiros derivativos	45.934	79.277
Ajuste a valor presente	(15.506)	4.310
Atualização PEE e P&D	(714)	(332)
Despesas com IOF	(26)	(3)
Atualização financeira – Passivos financeiros setoriais	(21.370)	(2.089)
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	(2.328)	(210)
Juros e Multas	(17.467)	(13.936)
Benefício pós-emprego – Plano de saúde	(2.364)	(2.078)
Atualização monetária de provisão para riscos	(5.262)	(5.318)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(116.822)	–
Outras	(4.579)	(24.750)
Total despesa financeira	**(322.411)**	**(119.106)**
Despesas financeiras líquidas	**(117.222)**	**(33.463)**

30 Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	601.443	342.366
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	647	647
Lucro líquido básico por ação ordinária (*)	**929,59**	**529,16**

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

• Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R$139.981 (R$44.129 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativas nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:25:41 -04'00'

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nível	2021 Contábil	2021 Valor justo	2020 Contábil	2020 Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		32.462	32.462	101.307	101.307
Consumidores e concessionárias		908.127	908.127	754.891	754.891
Ativos financeiros setoriais		414.586	414.586	76.329	76.329
		1.355.175	**1.355.175**	**932.527**	**932.527**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	328.652	310.687	558.151	558.151
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	1.599.382	1.599.382	1.251.680	1.251.680
Instrumentos financeiros derivativos	2	173.623	173.623	126.565	126.565
		2.101.657	**2.083.692**	**1.936.396**	**1.936.396**

Passivo	Nível	2021 Contábil	2021 Valor justo	2020 Contábil	2020 Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		368.266	368.266	345.951	345.951
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		2.557.589	2.562.601	1.849.651	1.857.727
Arrendamentos operacionais		3.632	3.632	7.080	7.080
Passivos financeiros setoriais		216.618	216.618	217.786	217.786
		3.146.105	**3.151.117**	**2.420.468**	**2.428.544**
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	56.383	56.383	831	831
		56.383	**56.383**	**831**	**831**

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "hedge accounting". Em 31 de dezembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia documentou: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge".

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o execício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R$14.838 (R$3.028 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R$2.710 (R$1.137 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2021	2020
Dívida (*)	2.557.589	1.849.651
Caixa e equivalentes de caixa	(32.462)	(101.307)
Dívida líquida	2.525.127	1.748.344
Patrimônio líquido	970.593	1.035.217
Índice de endividamento líquido	**2,60**	**1,69**

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		347.757	–	–	–	20.509	368.266
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,55%	277.822	281.265	1.340.085	375.336	1.738.895	4.013.403
Instrumentos Financeiros Derivativos		(33.758)	31.252	(21.679)	(24.615)	(68.440)	(117.240)
Total		**591.821**	**312.517**	**1.318.406**	**350.721**	**1.690.964**	**4.264.429**

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	32.462	101.307
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	328.652	558.151
Consumidores e concessionárias	6	908.127	754.891
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.599.382	1.251.680
Ativos financeiros setoriais	9	414.586	76.329
Instrumentos financeiros derivativos	31	173.623	126.565

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados nas notas explicativas nº 18 e 19, é composta de financiamentos obtidos junto instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$5,5805/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2021 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com baixa de 0,89% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a 6,3210 R$/Euro. A volatilidade do Euro era de 12,04% em 31 de dezembro de 2021.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2021, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R$2.573.601 (R$1.855.385 em 2020), R$388.273 (R$223.747 em 2020) estão representados em moeda estrangeira. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo (último vencimento em julho de 2024) e custo máximo de 1,83 ao ano mais Variação Cambial Em 31 de dezembro de 2021 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentem conforme segue:

	2021	2020
Ativo circulante	58.889	35.300
Ativo não circulante	114.734	91.265
Total do ativo	**173.623**	**126.565**
Passivo circulante	56.383	831
Total do passivo	**56.383**	**831**

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiros (% a.a.) Ponta ativa	Ponta passiva	Vencimento	Designação
Resolução 4131 – Citibank	7.214	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	7.214	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 – Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 – Bank of America ML	15.372	USD + 2,15%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	27.053	(Libor + 1,16%) x 117,65%	CDI + 1,75%	29/06/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x EMS	9.163	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
Itau BBA x EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
JP Morgan X EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Fair Value Option	Valor de referência 2021	2020	Descrição	Valor justo 2021	2020
			Moeda Estrangeira – USD e LIBOR		
Dívida designada para "Fair Value Option"	319.199	140.000		(388.288)	(223.912)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira – USD e LIBOR	388.288	223.912
Swap Cambial (Derivativo)	319.199	140.000	**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	(323.925)	(140.471)
			Posição Líquida Swap	64.363	83.441
			Posição Líquida Dívida + Swap	(323.925)	(140.471)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência 2021	2020	Descrição	Valor justo 2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge) *	718.751	171.501	Taxa Pré-Fixada	(548.765)	(214.028)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	783.529	214.738
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) *	718.751	171.501	**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	(730.652)	(172.445)
			Posição Líquida Swap	52.877	42.293
			Posição Líquida Dívida + Swap	(495.888)	(171.735)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moeda estrangeira também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras.

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira – USD e LIBOR	(319.199)		(265.163)	(348.726)	(432.289)
Variação Dívida	–		54.036	(29.527)	(113.090)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – USD e LIBOR	388.288		334.252	417.815	501.378
Variação – USD e LIBOR	–		(54.036)	29.527	113.090
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(323.925)	Alta Câmbio	(323.925)	(323.925)	(323.925)
Variação – Taxa de Juros CDI	–		–	–	–
Subtotal	64.363		10.327	93.890	177.453
Total Líquido	**(254.836)**		**(254.836)**	**(254.836)**	**(254.836)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa de moeda estrangeira futura do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de moeda estrangeira r é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro 2021, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$254.836 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R$254.836 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local – Taxa de Juros	(718.751)		(718.751)	(718.751)	(718.751)
Variação Dívida	–		–	–	–
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Pré	783.529		783.529	783.529	783.529
Variação – Taxa de Juros	–		–	–	–
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – CDI	(730.652)		(730.652)	(740.688)	(750.612)
Variação – CDI + TJLP	–		–	(10.036)	(19.960)
Subtotal	**52.877**		**52.877**	**42.841**	**32.917**
Total Líquido	**(665.874)**		**(665.874)**	**(675.910)**	**(685.834)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	328.652	Alta do CDI	36.480	45.600	54.720
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(323.925)	Alta do CDI	(35.956)	(44.945)	(53.934)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(986.091)	Alta do CDI	(109.456)	(136.820)	(164.184)
	(906.905)	Alta do IPCA	(91.235)	(114.044)	(136.853)
	(547)	Alta do INPC	(56)	(70)	(84)
	(291.785)	Alta do TR	(146)	(183)	(219)
Subtotal (**)	**(2.509.253)**		**(236.849)**	**(296.062)**	**(355.274)**
Total (Perdas)	**(2.180.601)**		**(200.369)**	**(250.462)**	**(300.554)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 10,06% ao ano, INPC 10,16% ao ano e TR 0,05% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$64.348

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

32 Benefícios pós-emprego

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2021	2020
Contrato Migração 2020 – Plano CD	18	547	–
Provisão atuarial – Previdência	32.1	–	3
Provisão atuarial – Saúde	32.2	22.240	34.211
Total		**22.787**	**34.214**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	**547**	**–**
Benefícios pós-emprego	32	**22.240**	**34.214**

32.1. Plano suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 5 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev – Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue:

a. Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

b. Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

continua...

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:26:29 -04'00'

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.
A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.
Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.
O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

c. Plano de Benefícios Elétricas – R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:
- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.
Para efeito desta Avaliação e para o cumprimento da CPC 33 (R1) impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresas Patrocinadora.

d. Plano de Benefícios Elétricas – OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.
Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.
A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.
O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

e. Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 1.030 (853 em 2019) participantes ativos, 4 (3 em 2020) autopatrocinados, 12 (20 em 2020) BPD e 225 (168 em 2020) assistidos.
A contribuição da patrocinadora para os planos benefícios durante o exercício de 2021 foi de R$3.530 (R$2.498 em 2020).

Migração entre planos

Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos I, II, Elétricas OP e R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1º Tranche		2º Tranche		3º Tranche		Acumulado	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Plano I	0%	41%	100%	8%	0%	0%	100%	49%
Plano II	72%	43%	21%	16%	4%	3%	97%	62%
Elétricas OP + R	76%	0%	19%	0%	1%	0%	96%	0%

32.1.1. Situação Financeira dos planos de benefícios definidos – Avaliação Atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) – Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Número Participantes	–	27	2	1	277	5
Número Assistidos	147	49	–	170	74	–

a. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	Plano R	Plano I	Plano II	Plano R
I – Premissas Biométricas						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	Não Aplicável	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Não Aplicável	Família Real	Família Real	Família Real
II – Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31% a.a.	5,31% a.a.	5,31% a.a.	2,82% a.a.	3,21% a.a.	3,21% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05% a.a.	10,05% a.a.	6,31% a.a.	5,90% a.a.	6,31% a.a.	6,31% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não aplicável	2,88% a.a.	2,88% a.a.	Não aplicável	2,88% a.a.	2,88% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
III – Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.
Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).
O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.
Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.
As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

b. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Ativo	2021				2020			
	Plano I	Plano II	Plano R	Total	Plano I	Plano II	Plano R	Total
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**86.242**	**66.891**	**2**	**153.135**	**158.623**	**164.041**	**455**	**323.119**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(13.946)	(20.914)	(2)	(34.862)	(11.813)	(41.419)	(490)	(53.722)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.949	4.133	–	9.082	9.986	10.797	31	20.814
Contribuições do empregador	–	204	1	205	–	424	9	433
Contribuições dos participantes do plano	–	–	–	–	209	–	–	209
Benefícios pagos	(4.941)	(2.593)	–	(7.534)	(1.333)	(434)	(2)	(1.769)
Custo do serviço passado encurtamento/curtalment)	(8.488)	(17.045)	–	(25.533)	(69.430)	(66.518)	(1)	(135.949)
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	**63.816**	**30.676**	**1**	**94.493**	**86.242**	**66.891**	**2**	**153.135**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Obrigação	2021				2020			
	Plano I	Plano II	Plano R	Total	Plano I	Plano II	Plano R	Total
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**66.412**	**52.400**	**5**	**118.817**	**120.652**	**101.969**	**647**	**223.268**
Custo do serviço corrente	–	–	1	1	–	709	2	711
Custo dos juros	3.779	3.218	–	6.997	7.528	6.634	44	14.206
Contribuições de participantes	–	–	–	–	209	–	–	209
(Ganhos)/Perdas atuariais	(2.911)	(8.347)	(4)	(11.262)	(7.086)	(5.786)	(682)	(13.554)
Benefícios pagos	(4.941)	(2.593)	(1)	(7.535)	(1.333)	(434)	(2)	(1.769)
Custo do serviço passado encurtamento/curtalment)	(6.511)	(15.572)	–	(22.083)	(53.558)	(50.692)	(4)	(104.254)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	**55.828**	**29.106**	**1**	**84.935**	**66.412**	**52.400**	**5**	**118.817**

Posição Líquida dos planos	2021				2020			
	Plano I	Plano II	Plano R	Total	Plano I	Plano II	Plano R	Total
Valor justo dos ativos	63.816	30.676	1	94.493	86.242	66.891	2	153.135
Valor presente das obrigações	(55.828)	(29.106)	(1)	(84.935)	(66.412)	(52.400)	(5)	(118.817)
Posição Líquida	**7.988**	**1.570**	**–**	**9.558**	**19.830**	**14.491**	**(3)**	**34.318**
Limite do Ativo	**(7.988)**	**(1.570)**	**–**	**(9.558)**	**(19.830)**	**(14.491)**	**–**	**(34.321)**
Déficit passível de reconhecimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(3)**	**(3)**
Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras								

Movimentação dos Saldos	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	**3**	**192**
Efeito em ORA	(2)	(192)
Juros sobre teto do ativo	–	–
Contribuição do empregador	(2)	(9)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento/curtailment)	–	(3)
Efeito no resultado do exercício	1	15
Posição líquida em 2021 e 2020	**–**	**3**
Circulante	**–**	1
Não Circulante	–	2

c. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Investimentos:						
Títulos públicos	94,56%	65,64%	73,09%	92,28%	60,86%	72,63%
Créditos privados e depósitos	0,00%	17,33%	4,43%	1,47%	22,80%	6,00%
Fundos de investimento	4,03%	13,85%	21,13%	4,28%	11,55%	20,27%
Empréstimos e financiamentos	0,55%	0,72%	1,30%	0,70%	3,46%	1,07%
Outros	0,86%	2,46%	0,05%	1,27%	1,33%	0,03%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

d. Analise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Valor presente das obrigações Atuariais real	50.329	29.107	1.487	66.412	52.400	–
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	51.593	29.838	1.524	68.318	53.874	–
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	49.112	28.403	1.451	64.582	50.985	–

32.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.
- Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R$22.240 (R$34.211 em 2020), tendo sido apurado no exercício redução no montante de R$11.971 (constituição de R$4.565 em 2020), dos quais R$395 (R$944 em 2020) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego – custos e despesas de pessoal, R$2.364 (R$2.078 em 2020) em despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R$14.730 (R$1.543 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.
A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R$15.112 (R$17.188 em 2020). Inclui R$395 (R$944 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.
A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do ano	34.211	29.646
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	395	944
Juros sobre obrigação atuarial	2.364	2.078
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(14.730)	1.543
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**22.240**	**34.211**
Circulante	**2.322**	**2.758**
Não circulante	**19.918**	**31.453**

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2022
Custo do serviço corrente (com juros)	87
Juros sobre as obrigações atuariais	2.235
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**2.322**

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2021		2020	
	CNU (*)	Sulamerica	CNU	Sulamerica
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	3,80%	3,80%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%	10,05%	6,91%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	10,00%	9,50%	10,00%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	Nulo	3,00%	Nulo	3,00%
Tábuas Biométricas				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) em 2021, a modalidade de pagamento foi alterada de pré para pós pagamento.

33 Meio ambiente (*)

O Grupo Energisa adota como propridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente.
Para uma gestão sustentável, a EMS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais:
- **Programa de Licenciamento Ambiental**, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos;
- **Programa de Arborização Urbana**, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Programa de Educação Ambiental**, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e subestações.

A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA dentre outros, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos.
Durante os temporais que atingiram Mato Grosso do Sul em outubro de 2021, quase 80% dos casos de interrupção do fornecimento de energia foram causados por árvores que caíram em cima da fiação elétrica. A intenção, agora, é evitar que casos semelhantes ocorram novamente.
Apesar da responsabilidade pela poda das árvores ser das administrações municipais, a Energisa tem focado na prevenção e, por isso, auxiliado na execução do serviço em árvores com eventuais impactos de proximidades das redes elétricas e tem buscado parceria das prefeituras, principalmente da região sul de Mato Grosso do Sul, para agilizar a poda de árvores e, com isso minimizar os riscos de interrupção no fornecimento de energia elétrica no período de chuva. O trabalho será executado a quatro mãos, totalmente em parceria com os municípios. Além da poda, também haverá substituição das árvores consideradas inadequadas.
Destaca-se ainda a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos/isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas. Um dos grandes benefícios das trocas de cabos nus por protegidos e/ou isolados auxilia na Preservação dos Ninhos de Arara.
A EMS possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final.
Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades.
Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Companhia.
Considerado um dos biomas brasileiros mais ricos, o Pantanal enfrentou em 2020, a maior queimada de sua história. Diversos grupos atuaram na região para preservar a vida de animais sobreviventes e a Companhia doou R$ 100 mil para a aquisição de aproximadamente 10 toneladas de alimentos, num primeiro momento, além de combustível para o Instituto Homem Pantaneiro, do Mato Grosso do Sul.
Em 2021, foi a vez de levar ao Pantanal o Projeto Ilumina Pantanal, projeto inovador que considera as características geográficas e ambientais da região do Pantanal. O Projeto contempla sistemas de geração solar individuais com sistema de baterias, operando off-grid. O fornecimento de energia elétrica ocorrerá com confiabilidade e, ao mesmo tempo, de forma sustentável, sem impactos ambientais.
No exercício de 2021 os montantes gastos nos projetos acima descritos totalizaram R$56.912mil (R$46.943 em 2020).
(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

34 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes.
As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2021	Prêmio Anual 2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	671	623
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	479	462
Auto – Frota	23/10/2022	Até 360/veículos	116	122
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	135.555	416	365
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/ viagem	20	22
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	50	50
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	12/01/2023	941/drone	5	6
			1.757	1.650

(*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

35 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)

Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 a 2054	1.117.139	1.103.025	1.090.982	1.048.672	12.259.443

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.
Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo no exercício em 31 de dezembro de 2021 e foram homologados pela ANEEL.

36 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2021 e 2020 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2021	2020
Atividades operacionais		
Ativo financeiro indenizável da concessão – Bifurcação de ativos	212.600	114.844
Ativo financeiro indenizável da concessão – Valor justo ativo indenizável	139.981	44.129
Incorporação de rede – transferência para obrigações especiais	796	1.397
Fornecedores	15.985	21.606
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	(1.391)	3.485
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	531.498	–
Atividades de investimentos		
Obrigações especiais – transferência de incorporação de rede	796	1.397
Aquisição de intangível em processo de pagamento	15.985	21.606
Intangível – CPC 06 (R2)	(1.391)	3.485

37 Evento subsequente

Pagamento de dividendos do exercício 2021

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R$173.752, equivalentes a R$268,5442070277 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão realizados a partir de 23 de junho 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho – Presidente
Ricardo Perez Botelho – Vice-Presidente
Marcelo Silveira da Rocha – Conselheiro
Maurício Perez Botelho – Conselheiro
Valentim Rodrigues Delfino – Conselheiro

Diretoria Executiva

Marcelo Vinhaes Monteiro – Diretor Presidente
Mauricio Perez Botelho – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Alexandre Nogueira Ferreira – Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
Paulo Roberto dos Santos – Diretor Técnico e Comercial
José Marcos Chaves de Melo – Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo – Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho – Diretor sem designação específica
Vicente Cortes de Carvalho – Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contadora

Alane Fernandes Maciel – CRC-TO 003103/O "S" MS

continua...

GRUPO energisa

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:27:26 -04'00'

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

c. Plano de Benefícios Elétricas – R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeito desta Avaliação e para o cumprimento da CPC 33 (R1) impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresas Patrocinadora.

d. Plano de Benefícios Elétricas – OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

e. Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 1.030 (853 em 2019) participantes ativos, 4 (3 em 2020) autopatrocinados, 12 (20 em 2020) BPD e 225 (168 em 2020) assistidos.

A contribuição da patrocinadora para os planos benefícios durante o exercício de 2021 foi de R$3.530 (R$2.498 em 2020).

Migração entre planos

Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos I, II, Elétricas OP e R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1ª Tranche		2ª Tranche		3ª Tranche		Acumulado	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Plano I	0%	41%	100%	8%	0%	0%	100%	49%
Plano II	72%	43%	21%	16%	4%	3%	97%	62%
Elétricas OP + R	76%	0%	19%	0%	1%	0%	96%	0%

32.1.1. Situação Financeira dos planos de benefícios definidos – Avaliação Atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) – Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Número Participantes	–	27	2	1	277	5
Número Assistidos	147	49	–	170	74	–

a. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	Plano R	Plano I	Plano II	Plano R
I – Premissas Biométricas						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	Não Aplicável	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Não Aplicável	Família Real	Família Real	Família Real
II – Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31% a.a.	5,31% a.a.	5,31% a.a.	2,82% a.a.	3,21% a.a.	3,21% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05% a.a.	10,05% a.a.	6,31% a.a.	5,90% a.a.	6,31% a.a.	6,31% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não aplicável	2,88% a.a.	2,88% a.a.	Não aplicável	2,88% a.a.	2,88% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
III – Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

b. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Ativo	2021				2020			
	Plano I	Plano II	Plano R	Total	Plano I	Plano II	Plano R	Total
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**86.242**	**66.891**	**2**	**153.135**	**158.623**	**164.041**	**455**	**323.119**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(13.946)	(20.914)	(2)	(34.862)	(11.813)	(41.419)	(490)	(53.722)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.949	4.133	–	9.082	9.986	10.797	31	20.814
Contribuições do empregador	–	204	1	205	–	424	9	433
Contribuições dos participantes do plano	–	–	–	–	209	–	–	209
Benefícios pagos	(4.941)	(2.593)	–	(7.534)	(1.333)	(434)	(2)	(1.769)
Custo do serviço passado encurtamento/curtalment)	(8.488)	(17.045)	–	(25.533)	(69.430)	(66.518)	(1)	(135.949)
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	**63.816**	**30.676**	**1**	**94.493**	**86.242**	**66.891**	**2**	**153.135**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Obrigação	2021				2020			
	Plano I	Plano II	Plano R	Total	Plano I	Plano II	Plano R	Total
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**66.412**	**52.400**	**5**	**118.817**	**120.652**	**101.969**	**647**	**223.268**
Custo do serviço corrente	–	–	1	1	–	709	2	711
Custo dos juros	3.779	3.218	–	6.997	7.528	6.634	44	14.206
Contribuições de participantes	–	–	–	–	209	–	–	209
(Ganhos)/Perdas atuariais	(2.911)	(8.347)	(4)	(11.262)	(7.086)	(5.786)	(682)	(13.554)
Benefícios pagos	(4.941)	(2.593)	(1)	(7.535)	(1.333)	(434)	(2)	(1.769)
Custo do serviço passado encurtamento/curtalment)	(6.511)	(15.572)	–	(22.083)	(53.558)	(50.692)	(4)	(104.254)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	**55.828**	**29.106**	**1**	**84.935**	**66.412**	**52.400**	**5**	**118.817**

Posição Líquida dos planos	2021				2020			
	Plano I	Plano II	Plano R	Total	Plano I	Plano II	Plano R	Total
Valor justo dos ativos	63.816	30.676	1	94.493	86.242	66.891	2	153.135
Valor presente das obrigações	(55.828)	(29.106)	(1)	(84.935)	(66.412)	(52.400)	(5)	(118.817)
Posição Líquida	**7.988**	**1.570**	**–**	**9.558**	**19.830**	**14.491**	**(3)**	**34.318**
Limite do Ativo	**(7.988)**	**(1.570)**	**–**	**(9.558)**	**(19.830)**	**(14.491)**	**–**	**(34.321)**
Déficit passível de reconhecimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(3)**	**(3)**
Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras								

Movimentação dos Saldos	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	**3**	**192**
Efeito em ORA	(2)	(192)
Juros sobre teto do ativo	–	–
Contribuição do empregador	(2)	(9)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento/curtailment)	–	(3)
Efeito no resultado do exercício	1	15
Posição líquida em 2021 e 2020	**–**	**3**
Circulante	**–**	1
Não Circulante	–	2

c. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Investimentos:						
Títulos públicos	94,56%	65,64%	73,09%	92,28%	60,86%	72,63%
Créditos privados e depósitos	0,00%	17,33%	4,43%	1,47%	22,80%	6,00%
Fundos de investimento	4,03%	13,85%	21,13%	4,28%	11,55%	20,27%
Empréstimos e financiamentos	0,55%	0,72%	1,30%	0,70%	3,46%	1,07%
Outros	0,86%	2,46%	0,05%	1,27%	1,33%	0,03%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

d. Analise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2021			2020		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Valor presente das obrigações Atuariais real	50.329	29.107	1.487	66.412	52.400	–
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	51.593	29.838	1.524	68.318	53.874	–
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	49.112	28.403	1.451	64.582	50.985	–

32.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

• Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

• Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R$22.240 (R$34.211 em 2020), tendo sido apurado no exercício redução no montante de R$11.971 (constituição de R$4.565 em 2020), dos quais R$395 (R$944 em 2020) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego – custos e despesas de pessoal, R$2.364 (R$2.078 em 2020) em despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R$14.730 (R$1.543 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R$15.112 (R$17.188 em 2020). Inclui R$395 (R$944 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do ano	34.211	29.646
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	395	944
Juros sobre obrigação atuarial	2.364	2.078
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(14.730)	1.543
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**22.240**	**34.211**
Circulante	**2.322**	**2.758**
Não circulante	**19.918**	**31.453**

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2022
Custo do serviço corrente (com juros)	87
Juros sobre as obrigações atuariais	2.235
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**2.322**

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2021		2020	
	CNU (*)	Sulamerica	CNU	Sulamerica
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	3,80%	3,80%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%	10,05%	6,91%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	10,00%	9,50%	10,00%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	Nulo	3,00%	Nulo	3,00%
Tábuas Biométricas				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) em 2021, a modalidade de pagamento foi alterada de pré para pós pagamento.

33 Meio ambiente (*)

O Grupo Energisa adota como propridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente.

Para uma gestão sustentável, a EMS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais:

- **Programa de Licenciamento Ambiental**, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos;
- **Programa de Arborização Urbana**, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Programa de Educação Ambiental**, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e subestações.

A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA dentre outros, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos.

Durante os temporais que atingiram Mato Grosso do Sul em outubro de 2021, quase 80% dos casos de interrupção do fornecimento de energia foram causados por árvores que caíram em cima da fiação elétrica. A intenção, agora, é evitar que casos semelhantes ocorram novamente.

Apesar da responsabilidade pela poda das árvores ser das administrações municipais, a Energisa tem focado na prevenção e, por isso, auxiliado na execução do serviço em árvores com eventuais impactos de proximidades das redes elétricas e tem buscado parceria das prefeituras, principalmente da região sul de Mato Grosso do Sul, para agilizar a poda de árvores e, com isso minimizar os riscos de interrupção no fornecimento de energia elétrica no período de chuva. O trabalho será executado a quatro mãos, totalmente em parceria com os municípios. Além da poda, também haverá substituição das árvores consideradas inadequadas.

Destaca-se ainda a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos/isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas. Um dos grandes benefícios das trocas de cabos nus por protegidos e/ou isolados auxilia na Preservação dos Ninhos de Arara.

A EMS possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final.

Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades.

Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Companhia.

Considerado um dos biomas brasileiros mais ricos, o Pantanal enfrentou em 2020, a maior queimada de sua história. Diversos grupos atuaram na região para preservar a vida de animais sobreviventes e a Companhia doou R$ 100 mil para a aquisição de aproximadamente 10 toneladas de alimentos, num primeiro momento, além de combustível para o Instituto Homem Pantaneiro, do Mato Grosso do Sul.

Em 2021, foi a vez de levar ao Pantanal o Projeto Ilumina Pantanal, projeto inovador que considera as características geográficas e ambientais da região do Pantanal. O Projeto contempla sistemas de geração solar individuais com sistema de baterias, operando off-grid. O fornecimento de energia elétrica ocorrerá com confiabilidade e, ao mesmo tempo, de forma sustentável, sem impactos ambientais.

No exercício de 2021 os montantes gastos nos projetos acima descritos totalizaram R$56.912mil (R$46.943 em 2020).

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

34 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2021	Prêmio Anual 2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	671	623
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	479	462
Auto – Frota	23/10/2022	Até 360/veículos	116	122
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	135.555	416	365
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/ viagem	20	22
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	50	50
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	12/01/2023	941/drone	5	6
			1.757	1.650

(*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

35 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)

Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 a 2054	1.117.139	1.103.025	1.090.982	1.048.672	12.259.443

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo no exercício em 31 de dezembro de 2021 e foram homologados pela ANEEL.

36 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2021 e 2020 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2021	2020
Atividades operacionais		
Ativo financeiro indenizável da concessão – Bifurcação de ativos	212.600	114.844
Ativo financeiro indenizável da concessão – Valor justo ativo indenizável	139.981	44.129
Incorporação de rede – transferência para obrigações especiais	796	1.397
Fornecedores	15.985	21.606
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	(1.391)	3.485
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	531.498	–
Atividades de investimentos		
Obrigações especiais – transferência de incorporação de rede	796	1.397
Aquisição de intangível em processo de pagamento	15.985	21.606
Intangível – CPC 06 (R2)	(1.391)	3.485

37 Evento subsequente

Pagamento de dividendos do exercício 2021

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R$173.752, equivalentes a R$268,5442070277 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão realizados a partir de 23 de junho 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho – Presidente
Ricardo Perez Botelho – Vice-Presidente
Marcelo Silveira da Rocha – Conselheiro
Maurício Perez Botelho – Conselheiro
Valentim Rodrigues Delfino – Conselheiro

Diretoria Executiva

Marcelo Vinhaes Monteiro – Diretor Presidente
Mauricio Perez Botelho – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Alexandre Nogueira Ferreira – Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
Paulo Roberto dos Santos – Diretor Técnico e Comercial
José Marcos Chaves de Melo – Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo – Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho – Diretor sem designação específica
Vicente Cortes de Carvalho – Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contadora

Alane Fernandes Maciel – CRC-TO 003103/O "S" MS

continua...

GRUPO energisa

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:28:21 -04'00'

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Diretoria, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.
Campo Grande-MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, mas que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia.

Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 26, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica

Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R$207.818 mil, R$ 1.599.382 mil, R$ 644.442 mil.

O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato, à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) a verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) a análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) a comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 13, 14 e 16.1 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas 13, 14 e 16.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$ 385.313 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 22.431 mil se referem a ações de natureza tributária.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas, quando aplicável, para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Diretoria e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Diretoria.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 23 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor desta provisão adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC – 1RJ 093.771/O-9

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal - Edição do dia: 28/03/2022
CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2022.03.28 14:29:16 -04'00'